



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

PRÓ-REITORIA ACADEMICA - PRAC

COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

TERESA FELISMINA DE SOUZA

**O ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA PÚBLICA EM BOA VISTA: UMA  
CONTRIBUIÇÃO EPISTEMOLÓGICA PARA A FORMAÇÃO DO CIDADÃO  
E DA CIDADANIA.**

RECIFE – PE

2015

TERESA FELISMINA DE SOUZA

**O ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA PÚBLICA EM BOA VISTA: UMA  
CONTRIBUIÇÃO EPISTEMOLÓGICA PARA A FORMAÇÃO DO CIDADÃO  
E DA CIDADANIA.**

Dissertação de Mestrado submetida à  
Coordenação Geral de Pesquisa do Mestrado Em  
Ciências da Religião, da Universidade Católica de  
Pernambuco, como requisito para a obtenção do  
título de Mestre, sob a orientação do Prof. Dr.  
Drance Elias da Silva.

RECIFE – PE

2015

S729e Souza, Teresa Felismina de

O ensino religioso na escola pública em Boa Vista: uma contribuição epistemológica para formação do cidadão e da cidadania/Teresa Felismina de Souza; orientador Drance Elias da Silva, 2015.

97 f. :il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco.

Pró-reitoria Acadêmica. Coordenação Geral de Pós-graduação. Mestrado em Ciências da Religião, 2015.

1. Ensino religioso (Ensino fundamental). 2. Cidadania.  
3. Escolas públicas - Boa Vista (RR). I. Título.

CDU 37.014.523

TERESA FELISMINA DE SOUZA

**O ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA PÚBLICA EM BOA VISTA: UMA  
CONTRIBUIÇÃO EPISTEMOLÓGICA PARA A FORMAÇÃO DO CIDADÃO  
E DA CIDADANIA.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de mestre, pela seguinte Banca Examinadora.

---

Professor Dr. Drance Elias da Silva - Presidente

---

Professor Dr. Luiz Carlos Luz Marques – Examinador Interno

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Aurenéa Maria de Oliveira – Examinadora Externa

Recife, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2015

## Agradecimentos

Primeiramente agradeço ao grandioso Deus por ter permitido que eu cumprisse todas as etapas do curso com saúde e dedicação; ao meu companheiro, pelo esforço para que eu chegasse até aqui tanto na parte de compreensão quanto financeiramente; a minha filha Karlla Robertha, por me acompanhar em todo percurso; ao meu orientador professor Dr. Drance Elias, pela dedicação em orientar-me neste trabalho com carinho e compreensão; ao professor Dr. Luiz Carlos Luz Marques, à professora Dr<sup>a</sup> Aurenéa Maria de Oliveira por reservarem um tempo para ler e avaliar esse trabalho, aos meus pais, que oraram muito em todas as viagens para chegar até aqui, e às minhas irmãs, pela compreensão; aos meus amigos, pela contribuição direta e, indiretamente, em especial, ao Carlos Rafael, por sua ajuda essencial em um momento de dificuldades; ao professor Eldon Mendes pela ajuda e força por toda a caminhada. E a todos os meus amigos e familiares, que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa da vida. Aos amigos e colegas, pelo incentivo e pelo apoio constante. À minha família, por sua capacidade de acreditar em mim.

## RESUMO

Esta Dissertação aborda as questões relacionadas ao Ensino Religioso nas escolas públicas em Boa Vista, como uma contribuição epistemológica para a formação do cidadão e da cidadania, sobre a sua aceitação ou negação dentro do ambiente escolar. O Ensino Religioso é uma disciplina pouco valorizada ainda nas escolas, porém a sua importância precisa ser compreendida de maneira mais eloquente, para que todos tenham conhecimento sobre a sua base e que valores e princípios podem trazer para a vida do cidadão. A visão da sociedade sobre o papel do Ensino Religioso para os alunos é algo que necessita ser mudado, é preciso seu reconhecimento perante o conjunto de outras áreas de conhecimento de tal igual valor enquanto um saber. Compreender a importância dos conteúdos trabalhados nesta disciplina possibilitará tanto os professores, como alunos e sociedade aprofundarem-se em relação a cada momento abordado neste processo. Saber que a referida disciplina não tem o intuito de catequizar os alunos ou instruí-los a seguir determinada religião, não é seu objetivo doutrinar qualquer pessoa. A pesquisa toma como referência empírica, duas escolas de Boa Vista – RR. O estudo aprofundará, no primeiro momento, “O Ensino Religioso nos contextos Teórico, Metodológico e Tópicos do Ensino Religioso no Brasil. ” No segundo momento, será analisado “O Estado de Roraima e o Ensino Religioso”, para que se possa conhecer como o trabalho com esta disciplina tem sido desenvolvido ao longo do tempo. E no terceiro momento, será abordada e estudada “A relação entre professores e alunos com relação à Disciplina de Ensino Religioso”. Para a pesquisa, inicialmente foram feitos estudos bibliográficos para que se pudesse conhecer como o Ensino Religioso chegou ao Brasil e quais seus fundamentos e diretrizes no contexto educacional Nacional. Posteriormente pesquisaram quais as primeiras manifestações educacionais religiosas no Estado de Roraima e depois se realizou um estudo de caso em duas escolas pública da capital, sobre qual a opinião de professores e alunos sobre a forma como esta disciplina vem sendo trabalhada, quais suas perspectivas, questionamentos e apontamentos que cada pesquisado expressa.

**Palavras chave:** Professor; Escola Pública; Catequizar; Aluno; Religião.

## **ABSTRACT**

This dissertation deals with issues related to religious education in the public schools of Boa Vista, as an epistemological contribution to the training of citizens and citizenship, on their acceptance or denial within the school environment. Religious Education is a discipline still undervalued in schools, but its importance needs to be understood more eloquently, for everyone to have the knowledge on its base and that values and principles can bring to people's lives. The vision of society on the role of religious education for students is something that needs to be changed; it needs to be recognized by all the other knowledge areas such as of equal value and knowledge. Understanding the importance of the worked content in this discipline enables both teachers and students and the society, to deepen each time covered in this process. Knowing that such discipline is not meant to catechize students or instruct them to follow particular religion, it is not intended to indoctrinate anyone. The research takes as empirical reference, two schools of Boa Vista - RR. At first, In-depth study, "Religious Education in Theoretical contexts, Methodological and Religious Education Topics in Brazil"; in a second phase, will be analyzed "The State of Roraima and Religious Education", so that we can know how the work with this course has been developed over time. A third moment will be addressed and studied "The relationship between teachers and students in relation to Religious Education Discipline". For the research, they were initially made bibliographical studies so that they could know how the Religious Education arrived in Brazil and what its foundations and guidelines in the National educational context. Later it was researched which the first religious educational manifestations in the state of Roraima and then conducted a case study in two public schools of the capital, on what is the opinion of teachers and students on how this discipline has been worked, what their prospects questions and notes that each researched expressed.

Keywords: Teacher; Public School; Catechize; Student; Religion.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> -----	8
-------------------------	---

### **CAPÍTULO I**

<b>CAMINHOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS E TÓPICOS DO ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL</b> -----	10
--	----

<b>1.2 - Retrospectivas da História do Ensino Religioso no Brasil</b> .....	21
<b>1.3- Ensino Religioso nas Leis de Diretrizes e Base da Educação Nacional e questões atuais</b> .....	32

### **CAPÍTULO 2 - O ESTADO DE RORAIMA E O ENSINO RELIGIOSO**

<b>2.1 Os Primeiros Habitantes do Estado de Roraima</b> .....	35
<b>2.2 O Ensino Religioso em Roraima</b> .....	40

### **CAPÍTULO 3 – O ENSINO RELIGIOSO E A VISÃO DE ALUNOS E PROFESSORES SOBRE A SUA INTRODUÇÃO COMO COMPONENTE CURRICULAR.**

<b>3.1. Histórico da Escola Estadual São Vicente</b> .....	57
<b>3.1.1 Escola Estadual Lobo d’Almada</b> .....	60
<b>3.2. Pressupostos Metodológicos da Coleta de Dados</b> .....	63
<b>3.2.1 Dados do IBGE Sobre Religiões que Predominam em Boa Vista/RR</b> .....	66
<b>3.3. Coleta e Análise de Informações</b> .....	67
<b>3.3.1. Entrevistas Realizadas com os Alunos</b> .....	67
<b>3.3.2 – Análise das Informações dos Alunos</b> .....	67
<b>3.3.3. Entrevistas Realizadas com os Professores</b> .....	76
<b>3.3.4. Análise das Informações dos Professores</b> .....	76

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **ANEXOS**

## INTRODUÇÃO

“O sentido da vida (...) é uma transformação de nossa visão do mundo, na qual as coisas se integram como em uma melodia, o que nos faz sentir reconciliados com o universo ao nosso redor, possuídos de um sentimento oceânico, na poética expressão de Romain Rolland, sensação inefável de eternidade e finitude, de comunhão com algo que nos transcende, envolve e embala como se fosse um útero materno de dimensões cósmicas” (RUBEM ALVES, 2005, p.10).

A referida dissertação vem abordar o Ensino Religioso em escolas públicas no Brasil. Esse tema tem sido bastante debatido dentro do sistema educacional brasileiro e, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDB), no fim do século passado, ele tem adquirido mais força ainda.

Os questionamentos sobre como o Ensino Religioso deve ser trabalhado nas escolas públicas são inúmeros tanto por parte dos professores, como pais e alunos, pois, para muitos, esta disciplina não tem a mesma importância que as demais disciplinas curriculares, que não deve ser levada a sério. As questões envolvendo o desenvolvimento das atividades da disciplina sempre foram bastante complexas e contraditórias, relativa, à sua implementação. Tem feito com que os envolvidos nesse processo encontrem certas dificuldades e façam com que este tema se torne algo desafiador para professores e alunos.

O Ensino Religioso como as demais disciplinas precisa ser compreendido como uma peça importantíssima para que o aluno receba, durante sua vida escolar, informações que lhes proporcionem ter um conhecimento mais amplo quanto as religiões no mundo e assim, toda a sua evolução dentro da sociedade onde está inserido. Não se pode mais ter a visão de que este componente curricular não contribuirá para a formação do aluno, e de que a disciplina não possui o seu devido papel dentro do ambiente escolar.

Segundo Rubem Alves (2005, p. 24), “*muitos currículos se fundamentam no pressuposto de que os conhecimentos podem ser aprendidos segundo uma ordem lógica, previamente determinada*”, mas o Ensino Religioso tem sido deixado de lado, pode ser ministrado por qualquer pessoa, não precisa ter formação específica.

Mesmo antes da promulgação da LDB-9394/96, os debates sobre o Ensino Religioso já existiam, porém só progrediu com essa Lei. As discussões tornaram-se mais frequentes, sólidas, buscando, como muitos estudiosos afirmam, uma maior perspectiva de que começasse de fato a ser praticada nas salas de aula das escolas públicas. Os debates têm tido como centro dos questionamentos as teorias e práticas atinentes à viabilidade e ao exercício da disciplina, mas fica evidente com as leituras em curto prazo de tempo que têm ocorrido tais discussões. Dentro do sistema educacional brasileiro ainda há um longo caminho a ser percorrido, mas as expectativas dos envolvidos têm sido positivas e cautelosas.

Para Rubem Alves (2005), é preciso que se tenha um olhar cuidadoso para que o Ensino Religioso não perca sua essência, seu objetivo. Os envolvidos na formulação, na apresentação e execução de todo o trabalho devem ter um foco a ser seguido. Devem organizar e planejar todo o trabalho. Não se pode fazer de forma aleatória, sem direcionamento. *“Há muitas pessoas sem problemas de visão que nada veem... O ato de ver não é coisa natural. Precisa ser aprendido”* (ALVES, 2005, p.27).

Em muitas escolas, o Ensino Religioso é usado somente para complementar a carga horária de algum professor, o seu objetivo principal não é levado em conta, é trabalhado sem perspectiva de alcançar um objetivo, fazendo desta forma com que a referida disciplina seja desvalorizada.

Portanto, sob a visão desses fatores, surgiu o interesse de se fazer uma pesquisa mais detalhada sobre a base do Ensino Religioso no Brasil e seu desenvolvimento nas salas de aulas de duas escolas públicas de Boa Vista, Roraima: Escola Estadual Lobo D’Almada e Escola Estadual São Vicente de Paula, podendo-se, assim, conhecer e fazer uma avaliação da forma como essa disciplina é trabalhada, sendo feito uma pesquisa bibliográfica do histórico do ER no mundo e no Estado de Roraima, nas quais serão utilizadas entrevistas gravadas e transcritas com alunos e professores de ER, das duas escolas citadas depois será feito análise dos dados de todo conteúdo adquirido durante a pesquisa com análise e gráficos identificando o percentual de rejeição e aceitação da disciplina. Pois tem gradativamente recebida a atenção de muitas pessoas quanto a sua importância no processo de formação do cidadão.

## **CAPÍTULO I - CAMINHOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS E TÓPICOS DO ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL.**

Quando se fala de educação no Brasil, pode-se abordar inúmeros temas, mas o Ensino Religioso tem, nas últimas décadas, se destacado pelos vários discursões que tem havido sobre a sua importância no processo de formação do indivíduo e pode ser debatido nas mais diferentes formas e com parâmetros diversos. Mas no final, o seu objetivo principal está sempre voltado para o pleno desenvolvimento do sujeito na sociedade. Porém sempre é um tema muito polêmico e com interpretações diversificadas.

Falar sobre o Ensino Religioso nas escolas públicas talvez seja uma tarefa ainda mais difícil, pois, desde a chegada dos primeiros europeus em solo brasileiro sempre o que prevaleceu foram às imposições determinadas pela Igreja Católica, todas as regras impostas deveriam ser obedecidas criteriosamente, sem qual questionamento.

Devido a todos esses fatores, sempre existiu e ainda há rejeição por parte dos alunos, dos professores e sociedade, em relação a esta disciplina e seus conteúdos. Pois o ideal seria que o Ensino Religioso fosse apresentado não como catequese ou algo que veio para doutrinar, mas sim assumindo a religião como um dado a ser conhecido como parte da apreensão da realidade, da formação de valores do sujeito e da responsabilidade para com a sociedade em que estiver inserido.

Segundo (FIQUEIREDO, 1996, p. 61) *“mantém a velha neutralidade a respeito do Ensino Religioso na escola, legitimado sempre como elemento eclesial no universo escolar”*. O Ensino Religioso tinha o seu papel desenvolvido de forma que trouxesse para a Coroa e a Igreja vantagens, as pessoas eram manipuladas a seguirem tudo aquilo que era estabelecido e esses pensamentos retrógrados só contribuíram para que o objetivo deste trabalho não fosse desenvolvido de forma correta e condizente com a realidade.

A Lei n. 4024/61, primeira LDB, no que se refere ao Ensino Religioso, homologada como Ensino Religioso Confessional, tornou-se uma catequese escolar. O Art. 97, da Lei 4024/61 contempla o Ensino Religioso:

O Ensino Religioso constitui disciplina dos horários normais das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado sem ônus

para os cofres públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável.

1º parágrafo – A formação de classe para o Ensino Religioso independe de número mínimo de alunos.

2º parágrafo – O registro dos professores de Ensino Religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva.

Essa LDB manteve os princípios da Constituição Federal de 1946 a respeito do Ensino Religioso, contudo, ela promoveu tanto a preterição do professor de Ensino Religioso, devido ao fato de o Estado não assumir sua remuneração, quanto à discriminação dessa disciplina, que deveria ser ministrada fora do horário escolar. Decorrentes disso, vários problemas pedagógicos foram criados pelo fato dos docentes dessa disciplina não fazerem parte da instituição, tais como: divisão das turmas em grupos diversificados, controle dos horários, falta de entrosamento com colegas e a direção, uma vez que os professores de Ensino Religioso ficaram à parte do cotidiano escolar.

Essa foi uma situação vivenciada, não só no período de vigência da Lei 4024/61, mais durante um longo período da história do sistema educacional brasileiro Figueiredo, (1996, p.16). Em 1964, instaura-se o período de arbítrio, e em 1966, é encaminhado o Projeto da nova Constituição, que contemplavam os objetivos do regime ditatorial.

Tendo sido outorgada em 1967, a nova Constituição e estabelecida a sua Ementa em 69, o Ensino Religioso, pelo Ato Institucional n. 5, artigo 176, parágrafo 3, tornou-se de matrícula facultativa, o que já ocorria até então, devendo ser ministrado nos horários normais das escolas públicas, de níveis primário e médio. Devido à imposição das disciplinas, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira, sobrava no currículo pouco, ou nenhum espaço para a inclusão do Ensino Religioso, conforme ditava a Lei 5692/71, que passou a “orientar” o ensino de 1º e 2º graus. Mas, é que se diga, devido ao contexto de ditadura militar, Educação Moral e Cívica e Ensino Religioso, juntas, fortaleciam a perspectiva político-religiosa hegemônica.

Essa lei, portanto, manteve deliberações da LDB 4024/61, segundo as quais o professor de Ensino Religioso seria registrado pela respectiva autoridade religiosa, que

o capacitaria e o acompanharia. Por outro, revogou o seu artigo 97, abrindo a possibilidade de concurso público e de remuneração do professor pelo Estado.

É necessário que sejam formuladas propostas e metodologias próprias ao Ensino Religioso, partindo da teoria para a prática, mas de forma globalizada com as demais disciplinas, pois nenhuma proposta metodológica é neutra; é totalmente o inverso, ela traduz implicitamente uma abordagem teórica, uma forma singular de observar o mundo, o homem e tudo mais que há no Universo. Segundo Luckesi,

A metodologia é um complexo que abrange um caráter técnico e outro teórico. A perspectiva teórica metodológica do método evidencia-se pelo modo diferenciado de apreensão da realidade do ponto de vista do conhecimento. Além disso, o caráter teórico do método compreende uma ação que pode contribuir na transformação ou na conservação da sociedade (1992, p.23).

Existe nessa legislação uma questão contraditória, pelo fato de delegar às Igrejas a supervisão e o planejamento das atividades do Ensino Religioso, dando-lhes liberdade de atuarem, independentemente dos sistemas de ensino, apesar de ele estar integrado aos mesmos. Além disso, corria-se o risco de organizar um Ensino Religioso, sem ter uma preocupação com a formação integral dos educandos e sem abertura para o diálogo religioso.

A partir da década de 70, a Igreja Católica toma uma série de iniciativas relacionadas ao Ensino Religioso. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) inicia entre as suas linhas de atuação, a análise, o acompanhamento, a avaliação do Ensino Religioso nas escolas confessionais ou públicas, assessorou as secretarias estaduais e municipais de Educação na elaboração de programas curriculares para as diferentes séries escolares e promoveu vários encontros nacionais dos coordenadores estaduais.

Essas ações tiveram como objetivos desenhar a identidade do Ensino Religioso, ter uma visão panorâmica do mesmo nas Escolas da Rede Oficial de Ensino, refletir sobre o perfil do/a professor/a e sua formação, pensar a questão da interconfessionalidade, debater a diferença entre Ensino Religioso e Catequese, visando à educação da religiosidade do educando, à formação de sua identidade, à construção responsável do seu projeto de vida e vivência de práticas transformadoras.

Pode-se dizer que a Igreja Católica participou do processo de regulamentação do Ensino Religioso, mediante a realização de Congressos e a formação de comissões de

trabalho. Assim, o Ensino Religioso, na Constituição de 1988, no art. 210, volta ao âmbito da responsabilidade do Estado, de onde havia se apartado, desde 1889.

Após a promulgação da Constituição de 1987, começou a tramitar no Congresso, um Projeto de Elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a lei 9394/96. A parte que trata do Ensino Religioso na referida lei, devido à expressão “sem ônus para os cofres públicos” (artigo 33), criou muita polêmica. Mas a versão final do artigo 33 estabelece:

O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter, confessionais e interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa (LDB, 9394/96).

Dois fatos podem ser destacados na LDB em vigor. Primeiro, a definição do Ensino Religioso para as escolas públicas se apresenta em duas modalidades: confessional e interconfessional, o que criaria um tratamento desigual do Estado em relação às diversas igrejas, sendo que a subvenção seria desproporcional à demanda. Segundo, a inclusão da expressão “sem ônus para os cofres públicos”, implicaria dificuldades para a organização e sistematização da prática pedagógica deste ensino na escola.

Paralelamente à luta para modificar a redação do artigo 33 da LDB, outra frente foi aberta para empreender a construção dos Parâmetros Curriculares para o Ensino Religioso já que, no âmbito dos Parâmetros Curriculares Nacionais, não constava a área referente ao Ensino Religioso. Assim, após muita polêmica a respeito do artigo 33 da LDB, foi aprovado o Substitutivo n. 9475/97, que dá nova redação ao artigo 33, da LDB n. 9394/96. Esse substitutivo concebe o Ensino Religioso como disciplina escolar, portanto considera-o como uma área de conhecimento e como parte integrante da formação básica do cidadão.

Além do empenho para a implantação da nova concepção de Ensino Religioso na legislação, iniciativas foram tomadas para a formação dos docentes para essa disciplina. Assim, foi criado o curso de extensão a distância, “Ensino Religioso, capacitação para um novo milênio”, foi publicado o Caderno Temático Ensino Religioso, referencial curricular para a proposta pedagógica da Escola. Outra iniciativa foi o trabalho conjunto, realizado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e pelo

Grupo de Pesquisa Educação e Religião, para discussão das seguintes temáticas: Diretrizes para a formação de professores de Educação Básica e Ensino Religioso; Formação de professores do Ensino Religioso nas Instituições de Ensino Superior e Sistemas de Ensino: do epistemológico, ao pedagógico, na formação de professores de Ensino Religioso: Maria Cristina Caetano e Maria Auxiliadora Monteiro Oliveira.

O Ensino Religioso, trabalhado na Colônia, salvaguardava as verdades fundamentais da fé católica. Segundo Severino:

Os princípios de uma ética individualista e social fundada na suprema prioridade da pessoa sobre a sociedade. A qualidade moral dos indivíduos repercutirá necessariamente sobre a qualidade moral da sociedade. Todo o investimento da evangelização, em sentido estrito, como da educação, sob inspiração cristã, se deu historicamente nesta linha. Foi por isso mesmo que o Cristianismo e a Igreja conviveram pacificamente com situações sociais de extrema opressão, com a escravidão, a exploração no trabalho etc. É como se estas situações independessem da vontade do homem, bastando que as consciências individuais se sentissem em paz, nada se podendo fazer contra estas situações objetivas (SEVERINO, 1986, p. 71).

O conjunto das características apontadas forma a identidade do Ensino Religioso tradicional. Essa identidade foi construída, ao longo da história, sob o signo de violência e do fortalecimento do “**status quo**”. Foi formado sob o signo de violência porque não respeitou a diversidade cultural religiosa. Sempre impôs uma determinada religião ou credo. Qualquer um que ousasse fazer de forma diferente era rigorosamente punido para que os demais vissem e servisse de exemplo.

No Brasil Império, a liberdade religiosa era parcial, conforme afirma Jose Afonso da Silva (2006, p.243) “*as demais no Brasil Império eram apenas toleradas, nada mais que isso*”, portanto a verdade é que todos deviam seguir uma única religião. A teoria afirmava que na prática ocorria algo bem diferente, as pessoas eram induzidas a fazerem o que a Igreja Católica determinava.

O Ensino Religioso cometeu, frequentemente, violência simbólica contra o educando. Além disso, a identidade foi construída também sobre o signo do fortalecimento do “**status quo**”. O Ensino Religioso foi utilizado como instrumento ideológico da Igreja Católica e do Estado. Sempre justificou o poder estabelecido. Assim, o conceito tradicional do Ensino Religioso teve sua identidade sob o signo de violência contra o educando. O educador tem a missão de formar educandos críticos e

capazes de atuar de modo ativo na sociedade onde estão inseridos, mas é preciso que o cidadão seja conhecedor de seus direitos e deveres.

Esta atitude de missão não faz parte das práticas pedagógicas do professor de Ensino Religioso tradicional, pois ele não leva em consideração o contexto em que ele e a escola estão inseridos. Os professores que orientam seu trabalho, através do conceito tradicional de Ensino Religioso, não se abrem para o novo. Por isso, falta a eles a atitude de busca e de presença. Para Fernandes (2000, p.41), “*Abrir-se ao novo, porém, não significa ministrar um Ensino Religioso superficial. Ao contrário, é dar-lhe um suporte antropológico de maior profundidade...*”.

Outra atitude que falta ao professor de Ensino Religioso tradicional é a atitude do diálogo. Diálogo não apenas com os alunos, mas também com a realidade cultural e social que os circundam. O Ensino Religioso com proselitismo não abre para a diversidade cultural e religiosa do aluno. Falta diálogo nas práticas pedagógicas do Ensino Religioso tradicional. A falta de presença e de diálogo desfavorece uma atitude de mútua compreensão. O professor não compreende as possibilidades, recursos e limitações dos alunos. Não compreende o contexto em que o jovem está inserido. Não existe nas práticas pedagógicas do Ensino Religioso, mas desencontros com os educandos. Falta um esforço e um compromisso de conviver entre si. Essa distância entre o professor e o aluno se tornou um obstáculo para o verdadeiro encontro.

O Ensino Religioso tem sido lecionado nas escolas sem utilidade de missão, de abertura ao novo, de diálogo, de compreensão e de encontro com o educando. Esse conceito tradicional de Ensino Religioso e suas práticas pedagógicas direcionam para um determinado paradigma didático. Veremos, em seguida, qual é o paradigma didático do Ensino Religioso tradicional.

O Ensino Religioso Tradicional se preocupa com a evangelização do educando. Com isso, ele encontra-se “*desvinculado da realidade, dos interesses e da vida de um aluno historicamente situado*” (VIESSER, 1994, P.16). Esta concepção teórica orientará a prática do Ensino Religioso para a formação de um aluno ideal. Assim, a ênfase recai na memorização.

Viesser (1994) aponta em seu livro, para quatro elementos determinantes na didática do Ensino Religioso: 1) o cultural; 2) o pedagógico; 3) o epistemológico e 4) o estrutural. O elemento cultural, segundo Viesser (1994), é herança da Era Moderna. Trata-se de uma cultura fragmentada. A consequência disso é a supervalorização da

Ciência como única forma de conhecimento. Esse determinante irá direcionar as práticas do Ensino Religioso Tradicional.

Segundo Viesser (1994) essa cultura fragmentada e mecanicista, que supervaloriza o científico e sustenta o antropocentrismo, negligência a vida em relação, o fracionamento das diversas ciências e influencia em todos os aspectos da vida. Isso tudo é evidenciado na escola pela compartimentalização estanque dos níveis e áreas de ensino, pela fragmentação do conhecimento, pela estrutura, pelas relações do poder.

Outro determinante da didática do Ensino Religioso Tradicional é o aspecto pedagógico. Ainda conforme Viesser (1994), no contexto de uma pedagogia compartimentalizada, fragmentada, a didática do Ensino Religioso também se reduzirá a um aglomerado de técnicas para a sua prática. O epistemológico é outro determinante na didática do Ensino Religioso Tradicional, que se encontra fundamentado na ideia da Ciência Moderna, ou seja, de uma Ciência fragmentada. Para o autor acima,

A escola com a finalidade de ensinar, pedagogicamente fragmentada ainda mais o conhecimento dito científico e o resultado do ensino fica reduzido a conclusões, soluções e conceitos fixos, onde o processo didático das inter-relações é desconhecido (1994, p 26).

O último determinante da prática do Ensino Religioso Tradicional é o aspecto estrutural. A prática do Ensino Religioso está presente em três instituições: Religião, Escola e o Estado. Muitas vezes, essas estruturas podem limitar a prática do Ensino Religioso. O Estado pode fazer, por exemplo, do Ensino Religioso um mero instrumento de dominação ideológica.

Mas qual a consequência desse paradigma didático do Ensino Religioso Tradicional para a formação do educando? A consequência é uma formação parcial do educando, que se volta apenas para a fé do aluno e esquece as outras dimensões do ser humano: estética, ética, política e demais vivências do cidadão. O Ensino Religioso Tradicional não permite uma formação integral do educando. Por isso, é preciso mudar de paradigma. É preciso um novo conceito de Ensino Religioso.

Na LDB 9493/ 96º o Ensino Religioso é apresentado com um novo conceito, diversas dimensões, um novo paradigma didático e um lugar próprio. É preciso construir um novo conceito de Ensino Religioso que vise à formação integral do

educando. Os novos objetivos e características do Ensino Religioso, gradativamente vem sendo modificados. O que permitirá, conseqüentemente, construir uma identidade livre da violência e da manutenção do “status quo”. O papel do educador do Ensino Religioso, tem-se apresentado da forma que sempre deveria ter sido. Em seu livro “Ensino Religioso: Perspectiva Pedagógica”, Figueiredo (1994), aponta para o novo papel do Ensino Religioso nas escolas:

Atuar como instância articuladora dos meios que proporcionam às gerações do presente e do futuro as razões de ser e estar no mundo. Fortalecer as predisposições naturais de cada ser humano em perceber a vida como um dom gratuito e o mundo como um todo, onde pensa, sente, decide e age como alguém chamado e a realizar aí um projeto existencial (FIGUEREDO 1994, p. 114).

A finalidade do novo Ensino Religioso não é mais evangelizar o educando, mas contribuir com seus conteúdos para uma educação integral. Cabe o Ensino Religioso criar condições para que o educando se aperceba de seus limites, compreenda a relação dinâmica que existe entre realidade imanente e transcendente. Assim, o novo Ensino Religioso se destina às crianças, aos jovens e aos adultos que integram a escola.

A linguagem adequada não é mais a da comunidade eclesial, mas do ambiente escolar. O novo Ensino Religioso possui um vocabulário próprio que não se confunde com a catequese. A fonte é constituída de acordo com o novo conteúdo do Ensino Religioso, ou seja, o ser humano na sua totalidade, as dimensões do real (social, econômica, política e cultural.). E o transcende. O novo Ensino Religioso não é entendido como uma prática metodologia desvinculada do projeto escolar. Ela é integrada a outras áreas do saber que visam a um trabalho interdisciplinar, esse é o novo pressuposto metodológico.

A partir dos novos objetivos e características do Ensino Religioso, podemos perceber a construção de uma nova identidade para o Ensino Religioso: agora sob o signo do diálogo e da abertura para o novo. Uma abertura para o saber e diversidade religiosa do educando e uma orientação para as mudanças sociais. Essa é a nova identidade do Ensino Religioso, que caberá aos educadores lutar e assegurar esta conquista.

Faltam ao professor do Ensino Religioso tradicional cinco atitudes básicas, apontadas por Fernandes, atitude de missão, de abertura para o novo, de dialogo, de compreensão e de encontro. O educador do novo Ensino Religioso assume, em sua

prática pedagógica, esses desafios. Assume a missão de ajudar os educandos da comunidade onde está inserido a ingressarem na sociedade e na cultura. Abre-se ao novo, e para as novidades que as novas gerações trazem.

Entende a importância de se abrir para um diálogo fecundo e responsável com o educando. Abre-se também para um diálogo com a realidade social e cultural circundante da escola. Assim, o educador do Ensino Religioso poderá adotar uma atitude de compreensão das possibilidades e limites dos jovens. Assumindo estas atitudes, o educador estará indo de encontro, não apenas ao aluno, mas, ao sentido radical da vida. Serão apresentadas, agora, algumas dimensões do Ensino Religioso que correspondem às dimensões do ser humano:

A institucionalização da experiência do sagrado ou da religiosidade constitui a religião. Ela é constituída dentro de um contexto social e histórico. Criam-se símbolos, rituais e cultos, para padronizar a religiosidade. Para Gruen (1995), religiosidade e fé podem caminhar juntas. Segundo ele, a fé ilumina o novo sentido da base do ser humano, isto é, *“religiosidade não é substituída pela fé: é por ela iluminada, explicitada. O grupo social que vive essa atitude constitui uma comunidade de fé”* (GRUEN, 1995, p.76).

Cabe ao Ensino Religioso educar para a religiosidade, isto é, criar condições reais para que o educando possa se abrir ao sentido radical de sua existência. No livro “Ensino Religioso nas fronteiras da Ética”, Ferreira (2002) afirma que:

A educação moral é de suma importância para a formação do educando. Por isso, é necessário proporcionar uma formação ética a partir do aprendizado dos costumes, da diferença, da convivência e de quatro princípios (da justiça, da não violência, da solidariedade e da responsabilidade). Assim, o agir dos educandos passa a pressupor a ética (FERREIRA, 2002, p. 14).

Os costumes, valores e normas são construídos historicamente. É desse modo que se constitui o ethos. Assim, “ethos, como costume, articula-se às escolhas que o sujeito faz ao longo da vida” (FERREIRA, 2002, p. 32). Entre as escolhas, encontra-se a diferença. Pautar a sua ação pelo respeito à diferença é um costume importante para a formação dos educadores. Dessa maneira, eles estarão preparados para aprender dois dos mais importantes pilares da educação do século XX, apresentados pela UNESCO, o viver juntos e com os outros.

Cabe ao educador de Ensino Religioso fornecer quatro princípios para que o educando possa pautar sua ação: princípio da justiça, da não violência, da solidariedade e da responsabilidade. Ao se inspirar no ideal de ser justo, que consiste no respeito pelo outro que se iguala enquanto espécie, ao respeitar as diferenças, ao ser solidário com o outro sem esperar dele reciprocidade e ser responsável não apenas com a alteridade: o educando estará agindo eticamente.

Em seu livro “Ensino Religioso e formação do ser político” Gonçalves (1998), mostra que o homem é um animal político. A política é uma das suas inúmeras dimensões. Cabe, portanto, ao novo Ensino Religioso educar para a construção da cidadania.

Educar para a cidadania é mostrar que a dimensão política do homem não se reduz ao voto ou a defesa dos próprios interesses. Educar para a cidadania é educar para a participação política ativa do educando na sua comunidade. Uma participação política voltada para as mudanças sociais. Assim, o Ensino Religioso cria condições para o educando se tornar um agente histórico capaz de transformação social.

Para Gonçalves,

Sem consciência política nada seria possível. Essa tarefa cabe à educação. Torna-se urgente educar para a cidadania, para ser possível vislumbrar o bem comum e o exercício da participação. Cabe à educação o descortinar horizontes, tendo em vista o bem comum, processo de longa duração, mas possível (1998, p.106).

O novo Ensino Religioso conduz o educando à conscientização de sua dimensão política e a participação ativa na sua comunidade. Não basta apenas uma transformação cultural, é preciso também uma transformação educacional. O novo paradigma educacional, que é influenciado pela cosmovisão holística, busca superar o ensino fragmentado. Com isso, a nova didática do Ensino Religioso propõe um trabalho interdisciplinar entre o Ensino Religioso e as demais disciplinas escolares.

Um ideário que tende por finalidade a unidade de um local de uma rede de estabelecimento, de uma escola, acaba por silenciar o poder da didática, da prática de sala de aula e reforça a hegemonia de um grupo que constrói “um currículo”, autêntico “Kit religioso”, como verdade já feita e determinada que se instale no senso comum (Ibidem, p. 106).

Portanto, cabe ao Ensino Religioso educar para o sentido, isto é, criar condições reais para que o educando possa abrir-se ao sentido da sua existência. No livro “Ensino Religioso nas fronteiras da Ética”, Ferreira (2002) afirma que:

A educação moral é de suma importância para a formação do educando. Por isso, é necessário proporcionar uma formação ética a partir do aprendizado dos costumes, da diferença, da convivência e de quatro princípios (da justiça, da não violência, da solidariedade e da responsabilidade). Assim, o agir dos educandos passa a pressupor a ética (FERREIRA 2002, p. 14).

Em seu livro “Ensino Religioso e formação do ser político”, Gonçalves mostra que o homem é um animal político (Aristóteles). A política é uma das suas inúmeras dimensões. Cabe ao novo Ensino Religioso educar para a construção da cidadania educar para a cidadania é mostrar que a dimensão política do homem não se reduz ao voto ou a defesa dos próprios interesses. Educar para a cidadania é educar para a participação política ativa do educando na sua comunidade. Uma participação política voltada para as mudanças sociais. Assim, o Ensino Religioso cria condições para o educando tornar-se um agente histórico capaz de transformação social. Para Gonçalves,

Sem consciência política nada seria possível. Essa tarefa cabe à educação. Torna-se urgente educar para a cidadania, para ser possível vislumbrar o bem comum e o exercício da participação. Cabe à educação o descortinar horizontes, tendo em vista o bem comum, processo de longe duração, mas possível (1998, p.106).

A nova concepção da didática do Ensino Religioso afasta ou desmitifica três regras: de competência, de eficácia e de segurança. A regra de competência esconde relações de poder. Ela determina como o professor deve saber pensar e agir ao fornecer um “Kit religioso”. Para Viesser,

Um ideário que tende por finalidade a unidade de um local de uma rede de estabelecimento, de uma escola, acaba por silenciar o poder da didática, da prática de sala de aula e reforça a hegemonia de um grupo que constrói “um currículo”, autêntico “Kit religioso”, como verdade já feita e determinada que se instale no senso comum (1994, p. 54).

Assim, a nova didática do Ensino Religioso será marcada, segundo esse autor, pela alegria. A alegria, que passa a ser o tom didático do Ensino Religioso é entendida como uma satisfação no encontro, no diálogo, na compreensão e no amor ao educando.

Alegria de um Ensino Religioso voltado para a formação integral do educando. É objetivo do Ensino Religioso a formação integral do educando. A formação integral passa pelas dimensões: religiosidade, ética e política. Assim, podemos perceber novas características acerca de finalidade, a quem se destina linguagem, fontes e pressupostos metodológicos. Observando que há uma necessidade em que ocorram muitas mudanças em todo este currículo, fazendo os alunos receberem as informações de forma clara, objetiva e correta, sem que haja nenhum prejuízo durante o seu processo de formação.

## **1.2 - Retrospectivas da História do Ensino Religioso no Brasil**

Com a descoberta do Brasil e a chegada dos portugueses em terras brasileiras, também vieram os religiosos, que formaram os da Ordem de São Francisco e depois os jesuítas, em 1549, com Thomé de Souza. Tinham como objetivo principal catequizar os indígenas, colonos e negros. O Ensino Religioso no Brasil Colônia não existia propriamente dito, pois, as escolas eram dos jesuítas e que tinham sua atenção mais voltada para a formação e a conversão (catequese) das crianças indígenas e que, por meios delas, buscavam atingir os adultos. Nesse período, a religião era pré-estabelecida devido ao regime de padroado, devido às escolas serem de “missões” (conversão dos gentios), não havia ensino religioso propriamente dito.

Os indígenas que aqui, no Brasil, já viviam precisaram submeter-se à vontade daqueles que vieram viver em suas terras. Muitos foram os conflitos inclusive sobre a religião que os nativos seguiam seus cultos e seu modo de vida, pois os novos moradores (os Portugueses primeiramente) determinaram que todos deveriam seguir somente os que eles achavam certo. A Coroa apoiava incondicionalmente os desejos da Igreja. No início, como tudo era novidade, Figueiredo (1994, p. 114) e os nativos começaram a obedecer, mas, com o passar do tempo, isso mudou, começando assim muitas lutas contra as determinações da Coroa como também da Igreja. Segundo Figueiredo (1996):

Os primeiros passos na formação do povo brasileiro são dados em tempos fortes de exploração das riquezas de terras e de submissão dos nativos aos esquemas da metrópole. O Brasil desde o início é alvo de uma política mercantilista sob o regime do monopólio (p. 19).

Os habitantes naturais tiveram seus direitos desrespeitados, mas como começaram a não aceitar as imposições da Igreja, iniciou-se um novo processo, sobre isso comenta Mattos (1995, p. 47),

Com o tempo, tendo em vista melhorar o processo de catequese aos indígenas, os missionários jesuítas criaram o que conhecemos como Missões ou Reduções. Além de defendê-los da escravidão, a pregação era feita em sua própria língua materna. Também se estabeleceu a propriedade coletiva, com a manutenção de pecuária, oficinas de artesanato e manufaturas, etc. Essas aldeias missionárias, embora não tenham destruído a cultura indígena de forma radical, promoveram a sua destribalização, a marginalização dos caciques, e a perseguição dos pajés.

O Ensino Religioso que, de fato, prevaleceu no Brasil desde sua descoberta era um ensino com ênfase na doutrina da religião oficial do Império, a religião Católica Romana. Durante o Período Colonial no século XIX, havia um acordo entre dom João VI e o Papa em relação à formação do povo brasileiro. Neste acordo, o objetivo principal era o de se ensinar ao povo um catecismo tradicional, porém mesmo o catolicismo por ser a religião oficial do Brasil, a liberação do culto e o Ensino da Religião, não deveriam ser submissas ao estado, servindo de instrumento ideológico.

Somente na Lei Educacional 1827 é que ocorre a primeira referência sobre o Ensino Religioso, no âmbito da educação brasileira, em seu Art. 6 esta Lei determinava que:

Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haveria escolas de primeiras letras que fossem necessárias. O número delas e sua situação seriam indicados pelos presidentes em conselho, obtidas as câmaras municipais respectivas. Nela os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, (...) e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a história do Brasil.

Segundo Calmon (1959, p. 151):

O ensino religioso, nos padrões da época, ocupa o lugar central da educação escolar. Jesuítas, Franciscanos e Beneditinos desempenham papel importante nesse empreendimento. A união entre missão e colonização é um marco cultural, político e social em todo o processo da educação implementada no período.

O Ensino Religioso no Brasil vem fazendo história por vários caminhos diferenciados: o caminho da confessionalidade, o caminho da interconfessionalidade, o caminho das religiões e o caminho da religiosidade. O certo é que o Ensino Religioso nem sempre foi de fato Ensino Religioso, uma disciplina dedicada ao estudo das culturas e às tradições religiosas, o que havia em muitos momentos era de fato uma catequização. Muitos estudiosos e críticos sempre afirmaram que essa prática catequética tinha como objetivo manipular a religiosidade e a mentalidade da sociedade. Maria Cristina Caetano e Maria Auxiliadora Monteiro Oliveira, (2012).

Como predominava neste período, o ensino escolar dirigido pela Igreja, através principalmente das Ordens e Congregações Religiosas (sobretudo os jesuítas), o Ensino Religioso era integrante do currículo escolar. A instituição escolar no Brasil nasce religiosa, catequética. O Regime de Padroado é a máxima do consórcio entre o Estado e a Igreja, uma vez celebrando o acordo entre o monarca de Portugal e o Sumo Pontífice, mas, com o fim do regime monárquico, ocorrem grandes mudanças em todo o país e as questões religiosas não poderiam ficar de fora.

O Ensino Religioso no Período Colonial continua como o Ensino da Religião Católica, passando pelo crivo da repressão, como um dos aspectos marcantes da inquisição, o de impedir o livre pensamento teológico e qualquer tentativa de um Ensino Religioso fora dos métodos preestabelecidos. Na prática, o Ensino Religioso continuou sob a forma de catequese, dirigida aos índios, colonos e escravos, à classe subalterna.

Durante toda essa fase, o grande objetivo se constituía em dominar negros e índios para os tornarem pertencentes à fé cristã e, conseqüentemente, poderem ser dominados pela Igreja e pelo Estado.

A Igreja preestabelece que o Ensino Religioso esteja voltado para cumprir as regras por ela determinada. Fazendo desta maneira, a Igreja e o Estado conquistariam os gentios e fariam com que eles seguissem à fé católica. Desta forma, todos obedeceriam às ordens impostas pelo clero e pelo Estado, seriam submissos, mas para que isto ocorresse era preciso que todos se convertessem ao Cristianismo.

No início do século XIX, a colônia sofre novos abalos e períodos de grandes mudanças devido à transferência da Família Real para o Brasil, em 1808. Nessa época, todo o litoral passa por um rápido desenvolvimento, ajustando - se ao fato de ser a sede

do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815 -1820). Junto com desenvolvimento vieram as modificações na educação com o início de uma política educacional que combinava com a situação, é uma educação elitista somente tinham direito a ter estudo os filhos dos nobres, classes populares ficaram às margens da sociedade, sem direito a quase nada inclusive uma educação e qualificação de qualidade.

O Ensino Religioso continua sendo de caráter mais privativo, doméstico e dos templos. O clero sai fortalecido como funcionário do governo, mas enfraquecido como hierarquia da Igreja. O povo brasileiro herda uma igreja ideologicamente marcada por uma evangelização colonizadora: ela apreça como obra de gente branca, bem-educada e formada, de classe econômica e cultural privilegiada, sobre um grupo composto por negros, mestiços, índios, pobres ignorantes e atrasados econômica e culturalmente.

Esse é o pano de fundo sócio religioso que os grupos que detinham o poder desejavam impor à sociedade. A minoria não podia fazer suas próprias escolhas, tinham que seguir as regras impostas pelos poderosos, e com o Ensino Religioso não era diferente, tinha direito a recebê-la somente aqueles escolhidos pelo clero, os “dignos” de ampliar seus conhecimentos.

No Segundo Reinado, com a crescente influência das ideias liberais, as relações Estados - Igreja se estremecem e vão-se enfraquecendo, mesmo que a legislação ainda mantivesse os mesmos dispositivos e isso fica muito claro na Constituição Política do Império do Brasil, na vertente do Art. 5º. Sobre isto comenta Figueiredo,

A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império, todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isto destinadas, sem forma alguma de exterior de Templo (1996, p.40).

Pode-se observar com este artigo que era assegurando o direito a todas as pessoas de realizarem seus cultos ou reuniões religiosas, mas não de forma aberta, todos que não seguiam as determinações da Igreja teriam que viver de forma reclusa. Observam-se os inúmeros equívocos ao que é assegurado pela a lei e o que de fato ocorre. E com o Ensino Religioso é diferente os equívocos e dúvidas continuam em relação ao que se deve ser trabalhado pela a escola, o que é competência das comunidades religiosas.

Há continuas queixas neste período no sentido de que os párocos descuidavam do ER, deixando para as escolas, porém como a lei estabelecia era do Clero o papel dessa formação dos cidadãos. Mas na prática o Ensino Religioso durante todo o 1º e 2º Reinado sempre foi compreendido e tratado como catequese, era ainda considerado como componente curricular (mas isto ocorre, mas no fim do 2º Reinado e com a Proclamação da República) e se efetiva através de uso de manuais de catecismo nos padrões tridentinos.

A Igreja não mantém mais o poder absoluto começa a surgir focos e debate sobre uma educação pública e laica, onde todos independente de condição social, cultural, econômica e credo tinham o direito de receber educação. O Ensino Religioso na segunda fase do segundo reinado ganha muitos elementos que possibilitam a busca por novos caminhos que modifiquem a visão que esta disciplina só serve para catequizar.

A Igreja mesmo com sua relação enfraquecida com o Estado, busca gradativamente recuperar a sua autonomia e inicia um trabalho voltado para a expansão de sua doutrina. Começa a fazer a publicação de compêndios, manuais e cartilhas nas mais diferentes regiões do país, divulgando assim a doutrina cristã, normalmente baseada no Catecismo Romano, sempre sob a orientação do Concílio de Trento.

É no final do século XIX que o Ensino Religioso, compreendido agora como catequese complementar da Escola, é efetivado como instrumento de defesa, frente às tendências de resistências ao modernismo, como acontecia na Europa, diante das consequências da Revolução Francesa, dos avanços ideológicos da maçonaria.

No desdobramento do período imperial o Ensino Religioso escolar é o Ensino Católico Apostólico Romano, a religião católica continua sendo um dos principais, fortalecimento do poder político por parte da Igreja. A questão era séria e complexa porque é composta de imposição de fé que afetava a sociedade, uma vez que a religiosidade era capaz de agregar uma força política que intimidava a todos.

O descontentamento com as ações realizadas pela Igreja era geral, até mesmo muitos membros da alta sociedade começaram a se unir ao povo pedindo a renúncia do Imperador, e o estopim de tudo isso foi o descontentamento do exército com o Império

após a guerra do Paraguai. Então, em 15 de novembro, ocorre a Proclamação da República.

Quando em 1890, após a Proclamação da República, há as separações entre Igreja e Estado, muitas mudanças aconteceram, as pessoas que não seguiam as determinações impostas pela Igreja e eram rotuladas como hereges e perseguidas sem terem o direito a adorarem os seus deuses puderam expor abertamente que religião ou doutrina seguia, podiam frequentar e realizar seus cultos e reuniões religiosas sem ter medo de serem perseguidas.

O Ensino Religioso na 1ª República passou a ser facultativo, também perdeu espaço na sociedade de modo geral, começa por fim um estado laico com escola pública e gratuita. Para a Igreja e o Ensino Religioso, as consequências são imediatas. No decreto 119-A do Governo Republicano Provisório, o Padroado é abolido, a Igreja perde poder, mas reage emitindo a Carta Pastoral.

As discussões sobre as mudanças na educação explodem no país todo, a Igreja de todas as formas tenta mostrar que um Ensino Laico não é favorável para a sociedade, tenta desestabilizar o povo e lideranças religiosas. Sobre isso, afirma Nery (1993, p.10):

A escola neutra é um verdadeiro presente de grego. Seus filhos não encontram na escola um ambiente favorável à liberdade de consciência, pois o que existe é hostil indiferente à liberdade religiosa, e mais adiante acrescentam: a celeuma levantada em torno da circular do episcopado nasce uma lamentável confusão. É um erro supor que os católicos exigem a obrigatoriedade do ensino do catecismo nas escolas pública para alunos.

A Igreja de todas as formas busca ter o seu poder de volta, e apela para todos os tipos de argumentos e artifícios, tentando mostrar ao povo e lideranças religiosas que jamais quis impor que todos deveriam obedecer-lhe e seguir o tipo de religiosidade imposta por ela. E com o Ensino Religioso não é diferente: o que a Igreja afirma que o ensino que aplicava era o correto o pregado por Deus, mas os liberais não aceitaram essas justificativas não.

No contexto do histórico da época, o debate entre católicos e liberais teve como moldura os seguintes fatos:

- A revolução de 1930 impede Júlio Prestes de tomar posse e Getúlio Vargas assume o governo e encerra a República do Coronelismo.
- Entra em vigor a Reforma do Ensino denominada “Francisco Campos” em 1932. Apareceu o “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova” propugnando a defesa da “laicidade, obrigatoriedade e gratuidade do ensino”.
- O Estado assume o dever do educador na Constituição de 16/07/1934, artigos 134 e 139 e define uma Política Educacional para o Brasil e, nos Artes. Abordam-se, também, da Família, Cultura e Justiça do Trabalho.

O Estado reconhece a diversidade religiosa e liberdade de culto é permitida, mas o Ensino Religioso continuou sendo, na prática, o ensino da religião cristã. Com a Proclamação da República, em 1889, chega ao fim o regime monárquico e que está assentada em princípios positivistas, defende o laicismo na sociedade e no campo educacional. Porém a Igreja, sabendo que perderia espaço no poder com estas novas mudanças se opõe claramente contra o positivismo. Devido a Igreja não aceitar as novas diretrizes implementadas pelo Estado, as relações entre ambos foram expressas no Decreto 119-A, promulgado em 1890 e elaborado por Rui Barbosa.

Quando o Estado determina que a educação seja laica, a Igreja não aceita e também iniciam vários discursos com inúmeros questionamentos sobre essas novas mudanças, porém o Estado se mantém firme em suas decisões. E estas decisões e determinações ficam bastante explícitas com a Constituição de 1891 que legitimou a separação entre as referidas instâncias, vedando a subvenção, a manutenção e a restrição ao exercício de cultos e de crenças e, no âmbito da educação, ela se tornou laica na rede pública de ensino. Sobre isso, comenta Cury,

A Constituição se laiciza, respondendo a liberdade plena de culto e a separação da Igreja e do Estado (conforme a Constituição “provisória”) e põe o reconhecimento exclusivo pelo Estado do casamento civil, a secularização dos cemitérios e finalmente determina a laicidade nos estabelecimentos de ensino mantidos pelos poderes públicos (1996, p. 76).

Com todas estas mudanças e com a determinação constitucional, traduzida no “será leigo os ensinamentos ministrados nos estabelecimentos públicos” acentuaram-se muito mais as ideias sobre o Ensino Religioso como elemento eclesial na escola, por interesse da Igreja Católica e, em decorrência, foi-se acentuando a tendência de atribuir às

instituições religiosas, e não ao Estado, o encargo de promover a manutenção do referido ensino, porém fora do sistema escolar público.

Mas a Igreja, sempre querendo que os ensinamentos de sua doutrina prevalecessem, busca a todo custo manter-se no poder, e bastante explícito tinha certas regalias que aos demais seguimentos religiosos não eram permitidos, mas muitos críticos defendiam que tais benefícios deveriam ser ofertados a todas as ordens religiosas que tivessem o interesse em ministrar o Ensino Religioso. Com a separação entre Estado e Igreja com a restauração da vida religiosa no Brasil e o adentramento, no período de 1890 a 1930, muitas Congregações Religiosas, que criaram colégios próprios puderam divulgar os seus conceitos religiosos.

Mas, devido às crises econômica e política que abalaram o país na década de 30, houve uma reaproximação da Igreja com o Estado. O presidente Arthur Bernardes recorreu à Igreja Católica, para conter a onda revolucionária e buscar promover o progresso nacional. Dom Sebastião Leme buscou transladar os padrões do catolicismo universal para o catolicismo brasileiro, através de sua liderança junto à hierarquia e da congregação de uma seleta elite intelectual (CURY, 1978).

Dom Vital criou a revista “A Ordem” e o Centro Dom Vital para articular as forças católicas e recristianizar a nação, assegurando assim o reconhecimento do poder eclesiástico. Nos meados da década de 30, Francisco Campos, após tomar posse no Ministério da Educação e Saúde elaborou o projeto reintroduzindo o Ensino Religioso nas escolas públicas. Em 1931, o então presidente da república Getúlio Vargas, pretende adquirir o apoio da Igreja Católica e os dividendos políticos, através da veiculação de “valores”, que constituiriam a base da justificação do seu Governo autoritário, ampliou a licença para as escolas públicas ministrarem o Ensino Religioso. Mas essa medida foi criticada e muito, pelos defensores de uma educação laica que alegaram que ela feriria a liberdade de consciência das pessoas. Muitas foram às manifestações, mas o projeto se transformou no Decreto n. 19941/1931. Na instituição da Assembleia Constituinte de 1933, os conflitos entre ideologia católica e a ideologia liberal ficaram muito acirradas. Os Liberais defendiam uma Educação Laica, uma Escola Pública que possibilitasse aos cidadãos terem uma formação voltada para uma nova sociedade mais justa e igualitária, através da implementação de um ensino centrado no aluno, que se tornaria mais livre, reflexivo e criativo.

Com a Constituição de 1934, ocorreu uma nova aproximação entre a Igreja e o Estado brasileiro depois de quase 50 anos de separação. Com isso, a Igreja se fortaleceu, obtendo apoio para as “emendas religiosas” no processo de elaboração da Constituição de 1934. Devido a essa nova união, o Brasil, um País que, durante algum tempo, pôde conhecer um Estado laico com olhares positivista, retroage e seu povo começa a presenciar a ascensão de um Estado autoritário e de uma Igreja que finalmente recuperava acesso ao poder.

Com a volta da Igreja Católica ao poder, iniciam-se novamente discussões sobre o modelo de ensino aplicado no Brasil. Havia muitos teóricos e estudiosos que defendiam a Escola Nova e a Igreja se apresentou contra esse novo modelo de ensino, pois era muito diferente do modelo de ensino proposto por ela, principalmente o Ensino Religioso. Muitas dessas personalidades (Anísio Teixeira e Fernando Azevedo) nesta nova fase que o Brasil estava passando, que apoiavam o método de ensino da escola nova, foram rotulados de comunistas e materialistas.

Durante essa época, os debates foram muito intensos, mas a Igreja com o apoio do Estado teve autoridade em tomar decisões e, com a nova constituição, as suas opiniões prevaleceram. Do outro lado, os defensores católicos sonhavam que a escola privada era a correta e que somente quem poderia pagar deveria estudar e o Ensino Religioso deveria ser obrigatório inclusive na rede pública. Os debates sobre esse assunto sempre tiveram grandes impasses que duraram décadas, e que, de certa forma, ocorrem ainda nos dias atuais, não da forma tão imposta como no passado, mas ainda hoje o debate sobre como o Ensino Religioso deverá ser trabalhado nas escolas possui alguns pontos não compreendidos.

No governo de Getúlio Vargas, a Igreja ganha, mais apoio e poder e se autodetermina como a religião oficial do Brasil, neste mesmo período, é criada a Liga Eleitoral católica. Essa organização tem o intuito de apoiar as principais reivindicações que a Igreja desejava que fossem contempladas na nova Constituição (1934), um dos pontos mais desejados era que as mulheres pudessem ter direito ao voto. Como Getúlio Vargas precisava do apoio da Igreja, atendeu a todos os seus pedidos e com a Promulgação da Nova Constituinte a união entre estado e Igreja foi definitivamente selado. O Ensino Religioso é reintroduzido nas escolas em caráter facultativo e multiconfessional.

Em 1937, Getúlio Vargas desfechou o golpe de estado, implantando o Estado Novo e, em seguida, é outorgada a Constituição de 37. Com a nova constituinte, a União, no artigo 130, tem a competência para “fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando diretrizes para a formação física, intelectual e moral da infância e juventude”, preterindo a educação pública, que passou a exigir uma “contribuição mensal” para a caixa escolar por parte daqueles que não puderam alegar que não tinham recurso para tal contribuição.

Em relação ao Ensino Religioso, mesmo sendo mantido na Constituição em apreço, não foi mais assegurado como disciplina obrigatória nos currículos escolares. O Art. 133 da Constituição de 37 estabelece que o “ensino religioso ‘poderá ser contemplado’ como disciplina de curso ordinário nas escolas normais, primária e secundária, porém, é obrigatória”.

Na década de 40, após a restauração do regime democrático no país, uma nova Constituição entra em vigor. Ela vem caracterizada pelo espírito liberal e democrático. A educação recebe a posição dos liberais, isto é, uma educação laica sem ter que seguir os princípios determinados pela ideologia da Igreja Católica. Estabelece-se uma nova relação entre o Estado e a Igreja. No Art. 31, inciso II, ficou estabelecido que: “*à união aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios é vedado ter relação ou aliança ou dependência com qualquer culto ou igreja, sem prejuízo da colaboração recíproca em prol do interesse coletivo*”.

O Ensino Religioso tornou-se obrigatório para os estabelecimentos públicos, sendo as aulas ministradas, segundo a confissão dos alunos, assegurando, assim, a liberdade religiosa de todos. No Art. 168, inciso V, ficou estabelecido que o “*Ensino Religioso constitui disciplina nos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo representante legal ou responsável*”.

A República brasileira, mesmo tendo em sua base um fundamento secular, sempre permitiu que a Igreja tivesse determinado poder para realizar mudanças que melhor lhe satisfazia, fazendo as interferências que mais lhes convinham e tomando decisões importantes em prol de interesses próprios sempre com o apoio do Estado, isto é, realizar tudo aquilo que lhe trouxesse benefício, jamais sendo importunada.

A Lei Nº 9.475 estabelece que o Ensino Religioso seja de matrícula facultativa, e parte integrante da formação básica do cidadão, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegura o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil. São vedadas quaisquer formas de proselitismo. Estabelece ainda que os estabelecimentos de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. A nova redação estabelecida na Nº 9.475 está baseada na Lei 9394/96 no Art.33 e foi um grande passo na evolução do Ensino Religioso no Brasil.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (PCNER) foram outro marco histórico importante tanto para o Ensino Religioso como para a educação brasileira: pela primeira vez, pessoas de várias tradições religiosas, enquanto educadores conseguiram junto encontrar o que há de comum numa proposta educacional que tem como objeto o Transcendente.

O objetivo dos PCNER é simples, porém muito desafiador: proporcionar junto ao educando o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, as culturas e as tradições religiosas a partir das experiências religiosas percebidas no contexto sociocultural da sociedade.

Há atualmente diversos modelos de Ensino Religioso vigentes no país: o Confessional, o interconfessional, o supraconfessional e a disciplina curricular, cada qual com uma proposta diferenciada, mas todos com o mesmo objetivo de formar cidadãos críticos, reflexivos e atuantes, deixando de fora a alienação. O Confessional é oferecido de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável e ministrado por professores preparados e credenciados pelas respectivas entidades religiosas.

O Interconfessional é resultante de um acordo entre as diversas entidades religiosas que se responsabilizaram pela elaboração dos respectivos programas. Desenvolvidos, em geral, por grupos de confissões cristãs, considera o que é comum às diferentes Igrejas ou confissões e respeita a especificidade de cada uma das demais tradições religiosas.

O Supraconfessional é ministrado nas escolas públicas, não admite qualquer tipo de proselitismo religioso, preconceito ou manifestação em desacordo com o direito individual dos alunos e de suas famílias de professar um credo religioso ou mesmo o de não professar nenhum, devendo assegurar o respeito a Deus, à diversidade cultural e religiosa, e fundamenta-se essencialmente em princípios de cidadania, ética, tolerância e em valores humanos universais presentes em todas as culturas e tradições religiosas existentes.

A Disciplina curricular é um modelo de Ensino Religioso pensado como área de conhecimento, a partir da escola e não das crenças ou religiões e tem como objeto de estudo o fenômeno religioso. Independente do posicionamento ou opção religiosa, os educandos são convidados a cultivar as disposições necessárias para a vivência coerente de um projeto de vida profundamente humano e pautar-se pelos princípios do respeito às liberdades individuais; tolerância para com os que manifestam crenças diferentes e convivência pacífica entre as diversas manifestações religiosas que compõem a pluralidade étnica e cultural da nação brasileira.

Historicamente todas as redes de ensino sejam elas públicas ou privadas têm dificuldades e conflitos em ministrar as aulas de Ensino Religioso, dado a complexidade do conteúdo da mesma e o pluralismo religioso. Dificuldades porque os professores de Ensino religioso insistem em catequizar e educar na fé seus alunos, fato esse que é, no mínimo, questionável haja vista a existência de várias denominações eclesiais entre os alunos. Conflitos por que existem pais que não acreditam ou não admitem determinados conceitos religiosos que são apresentados aos alunos como único dogma de fé.

Pode-se salientar que o ER deve pautar-se fundamentalmente na análise e no estudo criterioso, crítico e consciente das várias religiões e denominações eclesiais praticadas no mundo e na história, considerando o imenso pluralismo religioso existente em nosso país e, sobretudo, despertar a convivência pacífica e ecumênica das várias religiões e igrejas.

### **1.3- Ensino Religioso nas Leis de Diretrizes e Base da Educação Nacional e questões atuais.**

Para ter uma compreensão muito maior sobre a história, a concepção, a formação, a estrutura e a identidade do Ensino Religioso é necessário fazer uma leitura

para se conhecer de fato esta disciplina em três momentos históricos distintos, porém sempre guiados pela LDB.

1º Momento - Na LDB 4024/61, o Ensino Religioso era tido como eixo articulador à dimensão *religere* (re - escolher – saber em si), ou seja, havia uma perspectiva teológica e confessional sobre a disciplina de Ensino Religioso.

2º Momento Histórico - Na LDB 5692/71, o Ensino Religioso era tido como eixo articulador a dimensão *religare* (re - ligar – saber em relação), ou seja, havia uma perspectiva antropológica e axiológica sobre a disciplina de Ensino Religioso.

3º Momento Histórico- Na LDB 9394/96, o Ensino Religioso é tido como eixo articulador à dimensão *relegere* (re-ler – saber de si), ou seja, há uma perspectiva fenomenológica sobre a disciplina de Ensino Religioso.

Mas, é preciso conhecer como a disciplina Ensino Religioso foi e tem sido estabelecida nas Constituições Brasileira, vejamos:

Constituição de 1824, conhecida como a “CONSTITUIÇÃO DO IMPERADOR”, estabelecia que:

Art. 5 – A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, se forma alguma exterior de templo.

### **1ª CONSTITUIÇÃO DO BRASIL REPÚBLICA: 1891**

Art.72 - Parágrafo 3º - “Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto”.

Parágrafo 6º - Será leigo o Ensino Ministrado nos Estabelecimentos públicos. Nenhum culto ou Igreja gozará de subvenção oficial nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo.

### **2ª CONSTITUIÇÃO DE 1934**

Art. 153 – O Ensino Religioso será de frequência facultativa e ministrada de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.

### **3ª CONSTITUIÇÃO DE 1937**

Art. 133 – O Ensino Religioso poderá ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores nem de frequência compulsória por parte dos alunos.

### **4ª CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 1946**

Art. 168 Parágrafo 5º - O Ensino Religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, e de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo representante legal ou responsável.

### **5ª CONSTITUIÇÃO DO BRASIL DE 1967**

IV – O Ensino Religioso de matrícula facultativa constituirá disciplina dos horários normais das escolas oficiais de grau primário e médio... .

### **6ª CONSTITUIÇÃO DE 1969: EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1**

V – O Ensino Religioso de matrícula facultativa constituirá disciplina dos horários normais das escolas de grau primário e médio...

### **7ª CONSTITUIÇÃO DE 1988**

Art. 210 - §.1º - O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

A disciplina de Ensino Religioso nas escolas do Brasil sempre esteve envolvida nas questões que se estabeleciam entre o Estado, a política, a Igreja e a religião, as quais juntas eram responsáveis e as únicas a definirem que papel este ensino deveria ter nas escolas. De fato, qual a sua natureza? Devida todos esses entraves é que sempre existiram todos estes questionamentos sobre o Ensino Religioso nas escolas que diretrizes deveriam ser seguidos. De fato, o que se deveria ensinar aos alunos? Que tipos de conteúdo seriam ministrados nas aulas? Abordar sobre assunto determinado seria certo ou errado?

Portanto, o Ensino Religioso é o tema que sempre abriu círculos para muitas discussões, foram bastante os debates e problemáticas que envolveram o Sistema Educacional no Brasil durante várias décadas. Esse tipo de ensino era visto e entendido como um elemento eclesial na escola, sendo tratado como um apêndice do sistema escolar e como elemento estranho na grade curricular. As lutas para que o Ensino Religioso passasse a ser compreendido como mais uma disciplina que como as demais auxiliariam o indivíduo na sua formação. Mas, atualmente, existe um esforço muito grande por parte de educadores, autoridade e sociedade para que o Ensino Religioso deixe de ser visto como o ensino de uma religião, ou das religiões, mas sim como disciplina centrada na antropologia religiosa.

Quando se estuda o histórico do Ensino Religioso no Brasil, entende-se de forma mais clara por que nas escolas essa disciplina tinha muitas linhas de estudos e seus objetivos eram os mais diversos dependendo do momento e época em que ele estava sendo trabalhado e de quem o aplicava. Os debates e questionamentos são inúmeros ainda nos dias atuais em relação ao reconhecimento do Ensino Religioso de forma integral como disciplina. As superações dos desafios nesta luta ainda estão um pouco distantes de serem alcançados, mas não são impossíveis.

## **CAPÍTULO 2 - O ESTADO DE RORAIMA E O ENSINO RELIGIOSO**

### **2.1 Os Primeiros Habitantes do Estado de Roraima**

Nos meados do século XVII, é que surgem os primeiros relatos sobre a região de Roraima. Essas informações foram fornecidas por Christobal de Acunã, jesuíta e “cronista oficial da primeira viagem do capitão Pedro Teixeira, pelo Rio Amazonas entre 1637 e 1639, missão que alargou os domínios portugueses até Quito, no Equador” (VIEIRA, 2003, p.12).

Nessa viagem, os portugueses puderam conhecer mais detalhadamente o trecho entre os Andes e o Atlântico. Os documentos históricos do período não permitem afirmar que a expedição tenha chegado ao Rio Branco, apesar de esse ter sido um dos argumentos de Joaquim Nabuco na Questão de Pirara (litígio fronteiriço entre Brasil e Inglaterra na divisa com a Guiana Inglesa).

A ocupação pelos portugueses de fato somente ocorreu no final do século XVIII, utilizando as informações obtidas pela expedição de Acunã. A região foi integrada ao império português (Tratado de Madri, de 1750, confirmado pelo tratado de Santo Ildelfonso, de 1777), que a disputava com a Espanha: uma fortificação foi construída, como forma de garantir a posse e inibir a ação de outras nações europeias interessadas (VIEIRA, 2003, p. 12-13).

Desde o século XVI, os ingleses e os holandeses tiveram participação na história de Roraima. Não tem como compreender a história da Amazônia sem levar em consideração a ocupação das Guianas Holandesa (atual Suriname) e inglesa (atual Guiana) e o alternado controle da Holanda e da Inglaterra sobre a região. A Guiana Inglesa, que abrangia as colônias holandesas, era banhada pelos rios Essequibo, Berbice, Demerara e Rupununi. Deve-se observar que a região sobre controle inglês e holandês ficava muito próxima dos vales dos rios Negro e Branco, que faziam interligação com o território luso-brasileiro (FRANÇA, 2005, p. 142-143).

O Rio Branco está fortemente ligado à história de Roraima, pois, foi através dele que os primeiros colonizadores portugueses chegaram à região. Essa região era muito cobiçada por ingleses e neerlandeses, que adentraram no Brasil através da Guiana em busca de índios para serem escravizados.

No início do século XIX, com o final das guerras napoleônicas, a Inglaterra comprou da Holanda os territórios de Essequibo, Berbice e Demerara, os quais, a partir de 1831, seriam incorporados como parte da Guiana Inglesa. “A tentativa inglesa de ocupar terras amazônicas era estratégia para compensar a perda das 13 colônias americanas, importante área fornecedora de matérias-primas” (FRANÇA, 2005, p. 143).

Essa perda levou o governo britânico a buscar alternativas para garantir o desenvolvimento econômico que marcou o império inglês no século XIX, uma vez que segundo França (2005, p.137),

População crescia, o parque industrial aumentava os processos de trabalho, com a introdução da máquina, sofriam profundas alterações. O simples escambo ou mesmo troca na base do dinheiro amoeado já não era suficiente para compor a condição nova que estava experimentando.

Por sua vez Barbosa (1993) observa que as ambições inglesas, holandesas e espanholas obrigaram a Coroa Portuguesa a estruturar uma fortificação militar, com a contratação do engenheiro capitão Philippe Sturm, em 1775. A obra foi chamada de Forte de São Joaquim do Rio Branco, sendo construído em local estratégico, na confluência dos rios Branco e Tacutu, na foz do Tacutu.

A construção do Forte de São Joaquim foi o marco para o início da colonização luso-brasileira no atual território do estado de Roraima. Nesse processo, a Igreja Católica tornou-se muito importante, pois essa região era habitada por milhares de indígenas e o seu aldeamento pelos missionários facilitava o controle da região pelas autoridades portuguesas. A Igreja Católica era aliada do Estado português – o que em um primeiro momento facilitou o início do processo de colonização e dominação das novas áreas descobertas, mas, isso não impediu que os conflitos entre as populações indígenas e os brancos fossem eliminados, pois, os índios não aceitavam nem aceitam serem submetidos às vontades dos não indígenas e estes conflitos ocorrem até os dias atuais.

No final do século XIX, o processo de ocupação territorial nos campos do Rio Branco se deu a partir de fazendas cujo objetivo era criar uma frente pecuarista, ocupando importantes áreas indígenas, como a dos uapixanas (vales dos rios Cauamé, Uraricoera e Amajari, a oeste dos campos do Rio Branco). No início do século XX, as

fazendas de gado continuaram avançando sobre as áreas indígenas, mais a leste, nos territórios Macuxi, no vale do Rio Tacutu (DORO FILHO, 2008, p. 15).

O resultado desse processo de expansão da atividade pecuária foi “o deslocamento voluntário das etnias para locais isolados, principalmente do lado guianense atestado pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), nos anos 1920” (DORO FILHO, 2008, p. 6). A Lei de Terras, de 1850, foi uma poderosa arma para que as oligarquias regionais ampliassem e institucionalizassem suas fazendas em terras indígenas, sobre isto explica (VIEIRA 2003, p.12):

A Lei de Terras, de 1850, institucionaliza no Brasil o regime da grande propriedade privada, restringindo o acesso à terra e ampliando o contingente de despossuídos. De acordo com a Lei, as terras indígenas foram enquadradas em dois tipos: as derivadas do indigenato, ou seja, as reconhecidas como dos índios por direito originário, livres da necessidade de legitimação; e as terras reservadas à colonização dos indígenas, consideradas devolutas, inalienáveis e destinadas ao usufruto desses povos. As oligarquias interpretaram a lei de 1850 de acordo com seus interesses, sendo que aos poucos os poderes locais passaram a vender as terras das aldeias extintas, como também a usá-las para fundação de vilas, povoações ou mesmo logradouro público. Isso se deu principalmente depois da criação do Ministério da Agricultura, em 1860, e da passagem da política indigenista para aquele órgão. Depois disso, dezenas de aldeias foram extintas formalmente. Já em 1887, as terras das aldeias extintas tornaram-se domínio das antigas províncias, e as câmaras municipais passaram a ter poder de decisão sobre elas, facilitando aos fazendeiros da região a regularização das terras que haviam ocupado.

As fronteiras de Roraima foram assediadas pelos interesses ingleses, que desejavam uma ligação marítima com o Rio Amazonas, além, é claro, de expansão territorial. Esse anseio levou os britânicos a avançarem sua demarcação da fronteira sobre nosso território, na região de Pirara, utilizando missionários para convencer a população indígena a se declarar a favor dos interesses da Coroa Britânica.

Em 1842, após intensas discussões diplomáticas, o governo imperial brasileiro levou o caso à arbitragem internacional de neutralidade, que somente teria um resultado na república. Sob a liderança dos ministros barão do Rio Branco e Joaquim Nabuco nas relações internacionais, após pesquisa documental e entrevistas com os indígenas locais, foram obtidas irrefutáveis provas da soberania brasileira sobre a região, as quais foram apresentadas ao rei Victor Emanuel III, da Itália.

Apesar das provas, em 1904 o monarca italiano julgou em favor dos ingleses, que ficaram com mais de 17 mil hectares das terras em litígio e o Brasil, com pouco mais de 13 mil hectares (FRANÇA, 2005, p. 144).

Roraima tem em sua história uma grande disputa de terras entre os índios e alguns não índios. Este conflito teve seu início do século XVI, mais precisamente por volta de 1917, quando houve a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, mas os não indígenas não foram retirados da área, permaneceram no local fazendo suas plantações. A Terra Indígena Raposa Serra do Sol - é ocupada por índios Pemons e Capons, povos de filiação Caribes, que habitam tradicionalmente uma vasta região na fronteira entre o Brasil, a Venezuela e a Guiana.

No Brasil, os índios ocupam uma faixa de terra no nordeste de Roraima, mais agrupados entre os rios Surumu, rio Tacutu e rio Maú até a Serra Pacaraima. Em 1977 a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) instituiu uma área para 194 aldeias do tronco caribe e aruaque que deveriam ser distribuídas em 3.500 quilômetros quadrados, porém, mais uma vez tal determinação não saiu do papel, com o pré-estabelecimento da demarcação, aumentaram os números de agricultores que se acomodaram em volta da reserva e desenvolveram principalmente o cultivo do arroz. Na época (2008), o então presidente do país, Luiz Inácio Lula da Silva, executou, de forma rigorosa, a demarcação, entretanto elevou significativamente a área da reserva de 3.500 quilômetros quadrados para 17.000 quilômetros quadrados. Essa nova configuração abrange as fazendas instaladas em volta da reserva, uma vez que não foi respeitada a dimensão territorial original. Diante disso, os fazendeiros se encontram na condição de invasores. Grande maioria dos proprietários rurais atuam no cultivo do arroz, produto que responde por 6% do PIB total do Estado.

Em 27 de agosto de 2008, o Supremo Tribunal Federal (STF) promoveu o julgamento da demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol no qual foi deferida a causa aos índios. Essa intervenção federal promove um desconforto entre indígenas e arroteiros. Por um lado, os índios têm direito a uma reserva, mas existem proprietários cujas terras pertencem às suas famílias desde o século XIX. Além disso, os mesmos deveriam ser indenizados pelas benfeitorias realizadas nas fazendas. Um dos questionamentos feitos pelos fazendeiros é que houve um exagero no tamanho delimitado para a reserva, pois muitos índios não vivem tradicionalmente da caça e da pesca, pelo contrário, estão integrados no ritmo de vida dos brancos e com as facilidades

do mundo moderno, como automóvel, falam português ao invés de sua língua nativa, compram em supermercados entre outros.

Para a resolução desse problema, o governo deve rever a demarcação e desvincular da área em questão as terras produtivas anteriormente ocupadas por fazendeiros. O foco da disputa responde por 1.000 quilômetros quadrados. Em 20 de Março de 2009 decisão final do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a homologação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, determinando a retirada dos não indígenas da região.

No entanto, com a retirada dos produtores da região, uma grande parte dos índios que sobreviviam com recursos oriundos dos trabalhos realizados nas plantações de arroz começaram a deslocar-se para a capital do Estado em busca de melhores condições de vida.

A história de Roraima nas últimas décadas tem-se voltado muito para as questões da demarcação das regiões indígenas: de um lado, um grupo composto tanto por índios e não índios que defendem que os índios precisam que estas áreas fosse desenvolvidas para seus verdadeiros donos (Índios), e do outro lado, um grupo também composto por índios e não índios afirmam que a demarcação e a criação de áreas florestais impossibilitarão que o Estado cresça economicamente, pois a economia de Roraima, desde sua criação, sempre esteve voltada para a pecuária, agricultura e extração mineral.

Os posicionamentos sobre os conflitos entre índios e brancos são os mais diversos possíveis, cada um lutando para que seus direitos sejam respeitados, mas infelizmente, as consequências para ambos os lados também são as mais variadas, os índios infelizmente são os que sofreram as maiores e piores consequências, pois tiveram seu *habitat* invadido, destruído e foram deixados em estado lamentável.

A vida dos indígenas após a retirada dos produtores de suas terras ficou bastante diferente, pois, devido à dificuldade para encontrarem formas para sobreviverem, como se alimentarem, muitos tinham como fonte de renda realizar trabalhos nas propriedades dos produtores de arroz e criadores de gados, e com a retirada destes empresários a vida dos indígenas se tornou muito difícil, devida alguns donos de Terra, mesmo sendo

indenizados pelo Governo Federal, destruíram tudo o que havia nas propriedades, não deixando nada para os índios e suas famílias.

## **2.2 O Ensino Religioso em Roraima**

Sobre o Ensino Religioso em Roraima, não há muito livros acessíveis. O que há são documentos do acervo da Diocese de Roraima, que foi o local onde se pode adquirir material para o referido estudo.

O Ensino Religioso em Roraima diferencia-se um pouco de como foi este ensino no início do Brasil Colônia, pois observa-se através dos relatos de pessoas ligadas à construção do Ensino Religioso, nas escolas e nos acervos, como foi a construção de sua identidade. Fonseca, (2006, p. 131) afirma que:

Uma identidade constrói-se a partir do conhecimento da forma como os grupos sociais de pertença viveram e se organizaram no passado. Mas também da verificação da forma como se estruturaram para fazer face aos problemas do presente, tendo um componente que aponta para o futuro, pelo modo como este se prepara através da fixação de objetivos comuns.

A identidade de um povo é o seu maior patrimônio. É nela que estarão inseridos todos os seus valores, princípios e metas que se deseja alcançar, cada um tem o seu modo de viver, seus costumes, hábitos e cultura, e nela será retratada a forma que determinado povo escolhe para se apresentar diante das outras culturas, dos outros povos. A maneira como o Ensino Religioso é trabalhado e ensinado não é diferente, para cada grupo, a visão sobre como ele deve ser transmitido é a mesma coisa.

Em Roraima, as primeiras informações sobre o Ensino Religioso surgem no início do século XX, mais precisamente no ano de 1909, quando chega à região a ordem religiosa de São Bento ou Ordem dos Beneditinos, este grupo se instalou no vale do Rio Branco, a mando da Santa Sé. Fizeram um trabalho de assistência religiosa contínua aos colonos e às populações indígenas. Segundo o Professor Doutor Jaci Guilherme Vieira (2007), as primeiras informações documentais de um trabalho eclesialístico, produzidas no Rio Branco acham-se nos livros de batismo e casamentos, a partir de 1940.

Os Beneditinos se dedicaram à evangelização dos índios, mas desobrigava para um pequeno grupo de não índios: a cultura e os costumes dos povos indígenas eram

rotulados de herege, errados. A catequese, nessa época, estava profundamente ligada a ensinar a verdade da fé, segundo D. Aldo Mongiano (2011, p. 22).

Nessa época, os habitantes que aqui viviam em Roraima eram poucos; desta forma, não havia grupos organizados de outras religiões, ou seja, não havia como ter mais ordens religiosas, então eram acatadas as determinações impostas pela Igreja Católica.

O Ensino Religioso em Roraima tinha como objetivo principal descobrir o modo evangélico de o indivíduo ver seu semelhante e como tinha como maior influência a Igreja Católica, esta meta se tornou ainda mais direcionada. O Conselho Comunitário era o ponto de ligação entre vários grupos e setores formados pelos representantes dos Trabalhadores, Clube de Mães, Pastoral dos Jovens exercidos pelos próprios fiéis da Igreja católica.

Durante as reuniões, os líderes estudavam para ampliarem seus conhecimentos dos evangelhos, no qual eles afirmavam creditar ser o próprio Jesus Cristo. Estudavam a Bíblia para poderem transmitir aos demais os ensinamentos que ela continha. Para esse grupo, o que mais importava eram reunir o maior número de pessoas possível para que todos pudessem ter acesso aos direcionamentos propostos pela Bíblia para ser ter uma vida melhor. A religião, para muitos eram a base da vida, nela se encontrava tudo o que necessitava. Sobre isso comenta Alves,

A religião é a forma simbólica com que se expressam as relações existenciais entre o ser humano e seu mundo. Não é naturalmente uma pura fantasia na mente do ser humano, mas expressa a situação real em que se seguirá até o final da história (1973, p. 84).

Procurava fazer reflexões sobre as suas vidas, seus anseios, necessidades e mudanças que precisavam fazer para terem paz, pois, somente tendo paz é que poderiam viver melhor. Até esse momento, o Ensino Religioso, pelo que se percebe, estava voltado para a evangelização e não como ensinamento de forma laica.

Porém com o surgimento das leis educacionais, sentiu-se a necessidade de oficializar o Ensino Religioso em Roraima para atender à comunidade estudantil, pois,

já existiam outras ordens religiosas e era preciso que os alunos tivessem acesso a todo tipo de informação que pudesse ampliar seus conhecimentos.

No ano de 1986, no dia 16 junho, foi firmado um Termo de Convênio de 05 anos entre a Secretaria de Estadual de Educação, Cultura e Desporto e a Diocese de Roraima, em que ficou estabelecido que, segundo a Diocese:

Cláusula primeira: Este instrumento tem como objetivo a renovação do Convênio do Ensino Religioso da fé católica, respeitando a religiosidade de cada um na rede oficial das escolas de 1º do Território Federal de Roraima de acordo com a Lei 5.692/71 artigos 7º, parágrafo único (DOC. 1986, p,01).

Conforme esse parágrafo “O Ensino Religioso é integrante do sistema escolar, garantindo no 1º e 2º grau, porém entendido como ensino da religião na escola, quando permanece o caráter facultativo ao aluno”. Ficou certo que a Igreja católica iria ficar no controle, tendo o poder de indicar o coordenador, admitir ou demitir os professores do Ensino Religioso. Mas havia uma grande preocupação, que era a de formalizar o termo aula de “religião” para “Ensino Religioso”. Porém, em 04 de setembro de 1987, foi aprovado e sancionado o Decreto nº 051(E), de 04 de setembro de 1987, surpreendendo a todos. Esse Decreto criou a Coordenação Territorial do ER, formada por representantes da Diocese de Roraima, do Conselho de Ministros Evangélicos de Roraima – COMEVAN – e outras igrejas cristãs, com base numa proposta curricular integrada. (RORAIMA, 1987).

Ficou como representante do Ensino Religioso Católico a Professora Lenir Rodrigues dos Santos Veras e o COMEVAN com a Professora Thelma Maria Soares Mesquita. A situação levou os representantes da Igreja católica a questionar a Secretaria de Educação pedindo esclarecimentos nos seguintes pontos como descritos pela (CER1988):

Em Roraima nunca houve nenhuma possibilidade, nem oportunidade, nem tentativa de caminhada ecumênica; foi desrespeitado todo o trabalho sério e de base, realizados pelos professores ligados à coordenação do ER. Coordenação de Ensino Religioso (1988, p.13).

Entendeu-se que tais mudanças estavam contrárias aos objetivos proposto no Currículo do Ensino Religioso, de que era o de educar o aluno na dimensão religiosa e colaborar na formação de uma comunidade aberta aos valores diante do pluralismo

cultural, visando a respeitar as escolhas de todas as pessoas, não tentando induzir a qualquer pessoa mudar a sua visão em relação à religião e a determinados assuntos.

Compreendeu-se que, no Município de Boa Vista, o número de habitantes era muito pequeno e que quase todos os cidadãos eram católicos, não havia necessidade de mais de uma ordem religiosa realizar o trabalho voltado para o Ensino Religioso. O desenvolvimento das atividades em conjunto não era bem aceitas pela sociedade. Foi pedido mais esclarecimento sobre o referido Decreto nº 051(E), pois muitas determinações nele contidas não eram bem entendidas.

E, assim, no documento nº 1 de 1987, tratava-se de um diagnóstico do Ensino Religioso em Boa Vista-RR, constava sua oficialização com a seguinte redação: Ensino Religioso escolar em Boa Vista-RR foi implantado oficialmente, no dia 13 de julho de 1976, através de um convênio entre a antiga Prelazia de Roraima, hoje Diocese e a Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Território de Roraima. Antes de sua oficialização, houve outros coordenadores conforme relato do professor Francisco Ribeiro da Silva (Informação verbal): 1979- Ir. Zeferina, 1980 – Pe. Mauro Francello 1981-1985 Pe. Giuseppe Galantino 1985 – Francisco Ribeiro da Silva 1986-1990 Lenir Rodrigues Veras 1992- Parima Dias Veras 1993-1997 Nilva Cardoso Baraúna 1998-1999.

O objetivo maior do Ensino Religioso era educar o aluno na dimensão religiosa, contribuindo para o desenvolvimento integral de sua personalidade, colaborando na formação de uma comunidade educativa, escola aberta aos valores, do serviço e do bem comum, além de oportunizar ao educando critérios que o ajudem a posicionar-se de maneira consciente, diante do pluralismo religioso respeitando a religiosidade de cada um.

Observando esse objetivo fica bem claro que, mesmo tendo a Igreja Católica como idealizadora do Ensino Religioso em Roraima, na escola, segundo os relatos históricos religiosos, o ensino não era apresentado de forma doutrinária, mas tinha fundamentos da Lei 5.692/71, eram repassados aos alunos temas que abrangessem todas as áreas de sua vida. A questão doutrinária era deixada de fora das aulas.

A Associação de Educadores Católicos Brasileiros (AEC) apoiava bastante o Ensino Religioso em Roraima, reunia os educadores para a realização de estudos,

orientando como esses profissionais deveriam trabalhar com os alunos os conteúdos desta disciplina. Após as reuniões, eram feitos relatórios das atividades realizadas, que eram enviados para o Conselho Superior da AEC do Brasil, para serem analisados e serem feitas as mudanças necessárias para se propiciar aos alunos um ensino de qualidade.

Essas sugestões serviam para as AECs estaduais na elaboração de seus programas, adequados às suas realidades sociais, partindo de uma ideia global. Para um melhor entendimento, recebiam boletins dos Estados que tinham AEC mensalmente, tendo assim todas as informações sobre o trabalho realizado em cada estado.

No acervo da AECB, existe um boletim informativo de dezembro de 1978 da AEC de Pernambuco com textos básicos do Pe. Edênio Vale. Nesse contexto, no dia 6 de março de 1984, foi criada a Associação dos Educadores Católicos de Roraima (AEC), tendo como presidenta a Ir. Libiana Helena Dalsenter e com a seguinte natureza e os fins lavrados em seu estatuto (ASSOCIAÇÃO, 1984 p.1):

Associação de Educação Católica do Brasil, com sede em Brasília, é uma sociedade civil, de fins educativos, sem objetivos de lucro, que congrega os estabelecimentos de ensino, as Associações de Educação e Cultura e os educadores que professam uma filosofia educacional norteada dos princípios cristãos.

§1º A AEC de Roraima é um serviço da Igreja Católica a favor do educador e do educando e terá dimensões ecumênicas no campo educacional.

Houve sempre uma preocupação por parte da AEC em oferecer todo o apoio pedagógico à Secretaria de Educação de Roraima em relação ao Ensino Religioso. Recebia orientações dos conteúdos a serem ministrados através da Província Marista de São Paulo da pré-escola ao 2º grau, embora tendo o Ensino Religioso só para o primário (hoje Ensino Fundamental) e 2º grau. As linhas educacionais de Medellín, uma opção assumida pelo episcopado Latino-americano em Medellín, recebeu o nome de “Educação Libertadora” e também norteava o Ensino Religioso e apresentava as seguintes características: *Educação que transforme o educando em sujeito; não apenas catequética, mas integral; aberta ao diálogo; sistemática e assistemática; ao serviço da comunidade local e nacional*

Com esses princípios metodológicos, os representantes da Igreja interagiam com a Secretaria de Educação em prol do Ensino Religioso. Em julho de 1985, Padre José

Galantino deixou o Território de Roraima e a Professora Lenir Rodrigues dos Santos Veras assumiu a coordenação, tendo sido anteriormente coordenadora pedagógica.

Muitos ainda são os problemas educacionais que envolvem o ensino religioso em Roraima. As dificuldades encontradas pelos profissionais que desenvolvem atividades relacionadas à disciplina de Ensino Religioso são muitas, desde a falta de materiais, que deveriam ser disponibilizados pelas Secretaria de Educação. Não há livros específicos desta disciplina nem para os professores e nem para os alunos, a falta de incentivo para que os professores se qualifiquem e muitos outros obstáculos dificultam várias ações que possam propiciar aos alunos um ensino de qualidade, apesar de a legislação favorecer caminhos para os acontecimentos.

Não podemos culpar o professor, mas o sistema do estado em um todo, pois o professor não pode realizar um trabalho de excelência se não foram oferecidas a ele condições. É preciso que ele se sinta valorizado e respeitado, que lhe sejam oferecidas condições favoráveis para que se possa trabalhar. A legislação é clara quando abordam conhecimentos, valores, ética, cidadania, tolerância à diversidade e à cultura.

Um dos grandes problemas enfrentados pela equipe responsável pela introdução do Ensino Religioso nas escolas do Estado era a falta de formação dos professores, e esse entrave atrapalha bastante o trabalho dos que desejavam que essa disciplina fosse valorizada pelos demais colegas de profissão, alunos, pais e sociedade em geral. Porém com todas as dificuldades, a equipe conseguiu reunir um grupo de 35 professores que foram distribuídos entre o ensino fundamental e o ensino médio e começaram a realizar, inicialmente, atividades extraclasse, como encontros nas escolas, geralmente aos domingos – desenvolvia atividades lúdicas, lanches e almoço, envolvendo alunos, principalmente os alunos de 5ª a 8ª série, sob a orientação dos professores do Ensino Religioso.

A realização dessas atividades conseguia envolver não somente os alunos, mas também suas famílias e a comunidade onde eram desenvolvidos os trabalhos. Alguns profissionais como médicos, advogados, policiais e demais pessoas da sociedade realizavam palestras com os mais variados e específicos temas, tais como: sexualidade, namoro, valores e etc. havia uma verba doada pelas Igrejas irmãs da Europa que subsidiava as atividades. A equipe do Ensino Religioso confeccionava seu próprio material, que chamavam de “livrinhos”, para todas as séries do Ensino Fundamental.

O Grupo de Reflexão do Ensino Religioso (GREERE) participava efetivamente do desenvolvimento das atividades que ajudavam a firmar o Ensino Religioso no Estado, realizando reuniões, e convidando os coordenadores estaduais que trabalhavam com a disciplina para refletirem e buscarem trabalhar com maior desempenho, desenvolvendo suas funções de forma correta e eficaz, frente aos desafios da realidade cultural e das novas leis do ensino. Os encontros ocorriam periodicamente com os coordenadores do Ensino Religioso e seguiam as orientações que eram realizadas em nível nacional, sempre buscando oferecer aos alunos e a comunidade o melhor possível.

Além de realizar um trabalho voltado para que o Ensino Religioso fosse ensino de forma laica para todos os alunos, a equipe responsável pelo Ensino Religioso no Estado sempre lutaram para que os direitos de todos fossem respeitados. Entre os membros da equipe, cresciam as ideias de liberdade, democracia, mudanças, tentando mostrar que era possível ter posições contrárias a quem era contra a liberdade; faziam frequentemente reuniões de formação, não permitindo que fosse esquecida a responsabilidade que todos tinham como educadores e formadores de opiniões perante a sociedade.

Porém com os conflitos para a introdução do Ensino Religioso no Estado de Roraima, em 1987, os evangélicos começam a fazer parte do grupo responsável pelo ensino desta disciplina nas escolas, mas eles tinham pouco conhecimento do Ensino Religioso e nenhum conhecimento sobre todos os problemas e dificuldades que a equipe responsável já havia enfrentado até aquele momento e sem qualquer modéstia começaram a fazer suas exigências, os evangélicos faziam seus planejamentos separados dos católicos, não permitindo o acesso aos materiais didáticos, possuíam uma enorme riqueza de material e os professores utilizavam, em suas aulas, fantoches, músicas, filmes, historinhas. Com tudo isso, porém, percebeu-se que não ensinavam na perspectiva do Ensino Religioso, mas sua religião. Já os professores católicos tentavam trabalhar o aluno como cidadão, isto é, sua formação humana, transmitindo valores e princípios de forma laica sem determinar o que o aluno devia seguir, permitindo que ele mesmo pudesse fazer suas escolhas. A diferenciação profissional era visível, a prática pedagógica não envolvia os discentes em um mesmo processo de ensino; a falta de interação entre os dois grupos era imensa e dificultava cada vez mais o desenvolvimento e ampliação das aulas de Ensino Religioso.

Em algumas escolas, havia um professor de Ensino Religioso Católico e um professor Evangélico e os alunos eram divididos segundo a religião que seguiam e cada professor trabalhava à sua maneira, não era permitido que os alunos pudessem fazer parte dos dois grupos, os objetivos eram distintos e cada um seguia o que achava que era melhor, a preocupação com a formação dos cidadãos ficava pelo que se pode perceber em segundo plano. A situação era tão delicada, que o Ensino Religioso no Estado de Roraima tornou-se palco de guerra de ideais e ideias, cada um defendia seu lado e o objetivo do Ensino Religioso estava sendo deixado para trás.

Devido a toda essa confusão, o Ensino Religioso se dividia e perdia forças nas escolas e no Sistema Educacional do Estado e, durante um longo período nas escolas não houve aulas de Ensino Religioso. Gradativamente, porém, foi retornando. Muitas ainda são as dificuldades mas percebe-se que a visão em relação a essa disciplina se tem modificado. O Ensino Religioso ajuda na formação integral do cidadão, a inclusão do Ensino Religioso nas salas de aula das escolas de Estado de Roraima se dá a partir do momento em que se compreendeu a educação enquanto direito universal e que os alunos tinham o direito de receber uma educação de forma completa e de qualidade, onde poderiam ter acesso a todas as informações que auxiliassem no seu processo de formação e que pudesse adquirir conhecimento, podendo, conseqüentemente, ao longo do tempo, tirar todas as suas conclusões sem precisar ser influenciado por outra pessoa e tomar decisões importante para sua vida. Essas foram as características principais.

Outra característica é o fato de os seres humanos atribuírem uma experiência específica à transcendência. Esse fato remete à possibilidade de se reverenciar o sagrado, de realizar os cultos, de salvaguardar a liberdade e o direito individual à religião, conforme a Constituição Federal (Art. 5º “caput” e VI). Outros fatores determinantes para a inclusão do Ensino Religioso como disciplina referem-se às culturas brasileiras, que possuem marcas fundamentais impressas pelas múltiplas manifestações religiosas Manoel Gomes Rabelo Filho (2014). Estes fatos podem ser vistos nos “capítulos VII e VIII” que se referem também à religião em entidades institucionais e ao direito à crença religiosa:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no

País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

VI - É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

E esta asseguuração continua na LDBEN – Pareceres e Resoluções/CNE, na qual o Ensino Religioso tem seu espaço garantido. A laicidade do estado: esse princípio se constitui pré-condição para a liberdade de crença garantida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e pela Constituição Federal Brasileira de 1988. Respeitando todas as crenças religiosas, assim como as não crenças, o Estado deve manter-se imparcial diante dos conflitos e disputas do campo religioso, desde que não atentem contra os direitos fundamentais da pessoa humana, fazendo valer a soberania popular em matéria de política e de cultura. “O Estado, portanto, deve assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa do País, sem praticar qualquer forma de proselitismo” Parecer (CNE/CP 8/2012).

Na resolução CEE/RR/09/06, o Ensino Religioso é garantido no Ensino Fundamental do sistema estadual de educação de Roraima, veja:

RESOLUÇÃO CEE/RR No. 09, de 21 de novembro de 2006.

Dispõe sobre a disciplina de Ensino Religioso a ser ministrada no Ensino Fundamental nas escolas da rede pública do Sistema Estadual de Educação de Roraima e adota outras providências.

A Presidente do Conselho Estadual de Educação de Roraima, no uso de suas atribuições legais, considerando o que dispõe o § 1o do artigo 210 da Constituição Federal e, ainda, as disposições constantes do artigo 33 da Lei no 9.394/96, em consonância com o artigo 42 da Lei Complementar no 041/01, no disposto nos Pareceres do Conselho Nacional de Educação no 05/97, e Conselho Estadual de Educação de Roraima no 08/06, **R E S O L V E**:

Art. 1o. O Ensino Religioso a ser ministrado no Ensino Fundamental nas escolas públicas do Sistema Estadual de Educação de Roraima obedecerá ao disposto na presente Resolução.

Art. 2o. Os conteúdos do Ensino Religioso nas escolas públicas subordinam-se aos seguintes pressupostos:

- a) concepção interdisciplinar do conhecimento, sendo a interdisciplinaridade um dos princípios de estruturação curricular e da avaliação;
- b) contextualização do conhecimento, que leve em consideração a relação essencial entre informação e realidade;
- c) convivência solidária, do respeito às diferenças e do compromisso moral e ético;
- d) reconhecimento de que o fenômeno religioso é um dado da cultura e da identidade de um grupo social, cujo conhecimento deve promover o sentido da tolerância e do convívio respeitoso com o diferente;
- e) ensino religioso focado como área do conhecimento em articulação com os demais aspectos da cidadania.

Parágrafo único - Na educação escolar indígena serão respeitadas as crenças e tradições ligadas à religiosidade das diferentes etnias.

Art.3o. Os conteúdos serão trabalhados transversalmente sob a responsabilidade da escola e organização do professor.

§ 1o. Nas séries ou anos iniciais do Ensino Fundamental, os conteúdos de Ensino Religioso serão ministrados pelo próprio professor da série ou ano.

§ 2o. Nas séries ou anos finais do Ensino Fundamental, os conteúdos de Ensino Religioso serão trabalhados em uma aula semanal por série ou ano.

Art. 4o. Estarão plenamente habilitados para o Ensino Religioso, em quaisquer das séries ou anos finais do Ensino Fundamental, os portadores de diploma de Licenciatura em Ciências da Religião com habilitação em Ensino Religioso, obtido em curso regularmente reconhecido.

Art. 5o. Na falta de professores habilitados, na forma do artigo anterior, o Ensino Religioso poderá ser ministrado, supletivamente:

- I – Nas séries ou anos iniciais do Ensino Fundamental, por portadores de diploma de Pedagogia, Normal Superior ou nível médio, na modalidade Normal;
- II – Nas séries ou anos finais do Ensino Fundamental, os portadores de licenciatura em História, Ciências Sociais, Filosofia, Pedagogia e Teologia.

Art. 6o. A carga horária dedicada ao Ensino Religioso será computada na carga horária mínima de oitocentas horas e prevista no projeto político pedagógico da escola.

Art. 7o. O Ensino Religioso é de oferta obrigatória por parte do estabelecimento de ensino, de matrícula facultativa ao aluno.

§ 1o. No ato da matrícula e mediante documento próprio, o aluno, se capaz, ou seu responsável, deverá manifestar sua opção em participar das aulas de Ensino Religioso.

§ 2o. Uma vez inscrito, o aluno só poderá se desligar por manifestação formal, sua ou do responsável.

§ 3o. Aos alunos que optarem pela não participação às aulas de Ensino Religioso, deverá o estabelecimento de ensino providenciar atividades com conteúdo que complementem a formação básica do cidadão, com registro de frequência válida para integralização da carga mínima anual, estabelecida na lei, para aprovação.

§ 4o. Não se exigirá dos alunos inscritos no Ensino Religioso nota ou conceito para promoção, mas o cumprimento da frequência mínima prevista na legislação.

Art. 8o. A admissão do professor devidamente habilitado para o Ensino Religioso, na forma desta Resolução, processar-se-á dentro das normas que regem o ingresso no quadro do magistério para as demais disciplinas do Ensino Fundamental das escolas públicas do Sistema Estadual de Educação de Roraima.

Art. 9o. Os conteúdos do Ensino Religioso serão definidos no projeto político pedagógico da escola, obedecido ao preceituado pelo § 2o do artigo 33 da Lei no 9.394/96.

Art. 10. A oferta do Ensino Religioso pelas instituições privadas é opção da comunidade escolar pautada no projeto político pedagógico da escola que, decidindo ofertá-lo, deverá orientar-se pelo disposto nesta Resolução.

Art. 11. Cabe à Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos supervisionar o cumprimento da oferta do Ensino Religioso no Ensino Fundamental das escolas públicas do Sistema Estadual de Educação de Roraima, em parceria com o Fórum de Entidades Cíveis do Ensino Religioso.

Art. 12. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Estes Pareceres e Resoluções determinam também como deve ser o Ensino Religioso no Estado Laico Em Roraima, ficando organizado da seguinte forma:

A. Estrutura organizacional: A Gerência do Ensino Religioso está sediada no Centro de Formação de Roraima (CEFRR).

B. Professores: A condição do professor do Ensino Religioso (ER) obedece a Resolução CEE/RR/09/06, com formação específica para o cargo conforme o Art. 4º ou excepcionalmente conforme o Art. 5º.

C. Currículos e programas: Os conteúdos do Ensino Religioso foram elaborados e estão no Referencial Curricular da SEED/DEB/RR.

D. Festividades de cunho religioso nas escolas: Podem ocorrer, desde tais festividades sejam respeitadas a diversidade religiosa.

Sobre a Formação dos Professores ficou definido da seguinte maneira:

A. *Formação Continuada*: Prioriza a formação continuada dos professores do Ensino Religioso conforme a Lei Nº. 892 de 25 de janeiro de 2013 que dispõe sobre a criação do Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores da Educação Básica do Estado de Roraima (PCCREB), e dá outras providências.

B. *Fóruns*: Realizados com o objetivo de estabelecer o conhecimento das religiões em Roraima, numa perspectiva de respeito à pluralidade e ao diálogo.

C. Outros documentos importantes:

- PARECER CNE/CEB No: 4 de 13/7/2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Art. 14 e 15);
- PARECER CNE/CEB No: 11/2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos;
- RESOLUÇÃO CNE/CEB No. 4, de 06/2010 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais

Gerais para a Educação Básica;

- RESOLUÇÃO Nº 7, de 14/12/2010 CNE/CEB: Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos;
- PARECER CNE/CP 097/99 de 06/04/1999: Formação de professores para o Ensino Religioso nas escolas públicas de ensino fundamental;
- PARECER CNE/CP No: 8/2012 - Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;

Ao se trabalhar com a disciplina de Ensino Religioso, de início, pode-se parecer contrário à ideia do Brasil como estado laico. Mas, não é bem isso. Estado laico não é contra religião. Isso seria, inclusive, anticonstitucional. Na experiência do Ensino Religioso se faz necessário incluir o respeito às particularidades e singularidade, às crenças e suas práticas de cada indivíduo e também não se pode esquecer que aqueles que não confessam nenhuma religião devem ser respeitados, pois cada um escolhe de

que forma deseja viver. Há, nesse sentido, um reconhecimento do pluralismo religioso e a possibilidade de viver sem religião.

Quando se fala de um Estado laico como conceito, o objetivo não é determinar ou direcionar qual religião os cidadãos devem seguir, nem negar os direitos daqueles que se manifestam contrário àquela determinada pela classe dominante, ou pelos detectores do poder, todos têm o direito de fazer suas próprias escolhas. Cada pessoa precisa ter acesso a todas as informações para que possa fazer suas escolhas, sem se sentir pressionada a seguir o que a maioria decide seguir; cada um tem o seu momento, o seu tempo e compreensão e tudo isso deve ser respeitado.

A laicidade une, de forma indissociável, a liberdade de consciência, fundada sobre a autonomia individual, ao princípio de igualdade entre os homens. É a garantia da liberdade de pensamento do homem-cidadão dentro de uma comunidade política, a garantia da liberdade de espírito e da liberdade do próprio Homem (MENASSEYRE 2003). É por essa razão que a declaração dos Direitos do Homem da Revolução Francesa (1789) já afirmava dentre seus princípios: “ninguém pode ser perseguido por suas opiniões, mesmo religiosas”.

A laicidade não aceita o controle sobre as decisões religiosas e nem que a religião tente controlar a vida pública. O que ela busca é que o pluralismo seja reconhecido e respeitado, que as pessoas possam escolher que religião deseja seguir ou até mesmo não seguir religião alguma e que o Estado seja neutro, não privilegiando nenhuma crença, religião ou instituição religiosa. A esse respeito, o artigo 72 da Constituição brasileira de 1891 já se posicionava: No inciso 3º reafirmava a liberdade religiosa e, ao mesmo tempo, no inciso 5º determinava que o Estado se eximisse de todo financiamento dos cultos. Desta forma, pode-se entender que o Estado Laico é aquele onde o direito do cidadão de ter ou não ter religião é respeitado e que assegura a “liberdade de consciência”.

As únicas restrições feitas a esse direito referem-se à manutenção da ordem pública. Esse direito é assegurado pelo artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos do Homem: “Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião”. A laicidade alia, então, a liberdade de consciência fundada sobre a autonomia individual e ao princípio da igualdade entre os homens. É a garantia da liberdade de

pensamento do Homem dentro de uma comunidade política, a garantia de liberdade de espírito, a garantia da liberdade do próprio homem.

Neste processo a laicidade não exclui, no entanto, as religiões e suas manifestações públicas, nem o ensino religioso, muito menos deve interferir nas convicções pessoais daqueles que optam por não professar nenhuma religião, cada um poderá fazer as escolhas que melhor lhe convier, sem se preocupar em sofrer discriminações ou preconceitos. A laicidade garante também aos cidadãos que nenhuma religião, crença ou igreja poderá cercear os direitos do Estado ou apropriar-se dele para seus interesses, todos terão seus direitos respeitados, mais serão cobrados para cumprirem com seus deveres.

Esta separação entre Igreja e Estado é que garante a “pacificação” entre as diversas crenças religiosas, uma vez que não privilegia nenhuma delas, todos são iguais perante a lei e possíveis benefícios que poderão ter, mas, nenhum será superior ao outro, cada grupo terá que expor seus princípios e valores de forma pacífica, sem tentar controlar os que estão a sua volta. Desta forma poderão ser apontados três princípios contidos no princípio da laicidade: a neutralidade do estado, a liberdade religiosa e o respeito ao pluralismo.

Observando tudo isto se pode compreender de que forma o Ensino Religioso deve ser trabalhando nas escolas, apoiando e incentivando os alunos a tomarem suas próprias decisões, sem se sentirem pressionados a seguir o que está estabelecido por um determinado grupo, cada qual deve busca para sua vida tudo o que lhe dará prazer, sem ter que se omitir para satisfazer os desejos dos outros.

O Ensino Religioso precisa ser trabalhado de forma diversificada ele não pode interferir na opção religiosa ou atea dos docentes, mas oferecer a possibilidade do conhecimento dos fatos religiosos de forma crítica, objetiva, criteriosa e consciente. Através dos Pareceres CEE/RR/08/06; CEE/RR/49/06 que informam a obrigatoriedade da disciplina do Ensino Religioso e que seus conteúdos devem conter os valores, as culturas e a ética religiosa a fim de promover a paz.

Segundo (ARANHA 2013) *“os educadores da escola nova introduzem o pensamento liberal democrático, defendendo a escola pública para todos, a fim de se alcançar uma sociedade igualitária e sem privilégios”*.

Paulo Freire se embasava em uma teologia libertadora, pois ele se preocupava com a falta de oportunidade para o pobre e com as regalias que os ricos tinham (ou melhor, têm até hoje), isto é, um grande grupo não tinha (ou não tem, nos dias atuais) direito à educação, a frequentar uma escola e a receber uma educação de qualidade, enquanto um grupo minoritário podia frequentar a escola e lhes eram propiciadas todas as condições para se formarem.

Em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, faz uma abordagem dialética da realidade, cujos determinantes se encontram nos fatores econômicos, políticos e sociais. Considera que o conhecer não pode ser um ato de "doação" do educador ao educando, mas um processo que se estabelece no contato do homem com o mundo vivido. E este não é estático, mas dinâmico, em contínua transformação. Na educação autêntica, é superada a relação vertical entre educador e educando e instaurada a relação dialógica. Paulo Freire defende a autogestão pedagógica, o professor é um animador do processo, evitando as formas de autoritarismo que costumam minar a relação pedagógica (ARANHA, 2013).

Todos os indivíduos têm direito a receber uma educação de qualidade, pela qual possa ampliar seus conhecimentos e receberem novos; o aluno que tem a possibilidade de frequentar uma escola e receber todas as informações se torna um cidadão ético, reflexivo, atuante e crítico dentro da sociedade em que está inserido.

A maioria das escolas, a cada dia, vem buscando adotar em seu currículo o Ensino Religioso, mesmo que essa disciplina ainda não seja unanimidade na visão e opinião de alguns professores, mas as instituições têm buscando, dessa forma, oferecer aos seus alunos noções de religião, através das quais o aluno possa adquirir conceito de amor, fraternidade, respeito, amizade e cooperação, o seu papel é o de introduzir os alunos no universo da fé, sem entrar em conflito com o mundo científico, mas sim criar uma harmonia entre esses dois mundos. A escola precisa respeitar as escolhas de cada um de seus alunos mostrando que cada indivíduo tem suas particularidades e singularidades mais que todos podem ter uma excelente convivência, as visões sobre as questões religiosas não precisam ser iguais mais que cada um saiba respeitar o espaço, decisão e momento do outro. Dessa forma, os conflitos cessarão.

A escola tem a função de propiciar aos alunos receberem todas as informações necessárias para o seu processo de formação, e abordar com eles, o que significa ter uma religião, os comportamentos que a cada uma apresenta, como e por que a religião surgiu (contexto histórico-cultural), dar a eles uma estrutura moral é de suma importância para o Ensino Religioso. Seguindo essas diretrizes pode-se oferecer tudo isso aos alunos. O ER ajuda formar o indivíduo para uma cultura humanística, para uma civilização voltada ao bem comum, onde cada um se preocupa com seu próximo. O Ensino Religioso tem como papel fundamental sensibilizar os alunos em relação a ajudar a todos que precisem de sua ajuda, e tudo isso está bem definido nos PCN's do Ensino Religioso (1997):

O Ensino Religioso necessita cultivar a reverência, ressaltando pela alteridade que todos são irmãos. Só então a sociedade irá se conscientizando de que atingirá seus objetivos desarmando o espírito e se empenhando, com determinação, pelo entendimento mútuo.

Como o PCN, defende-se o Ensino Religioso seja trabalhado de forma que incentive os alunos a terem um olhar delicado em relação ao seu próximo, buscando interagir com todos a sua volta de forma igualitária, sem preconceito ou restrições, que não haja discriminações ou humilhações, que todos busquem uma convivência tranquila e amigável.

O Ensino Religioso possibilita que o aluno ande pelos mais variados caminhos, tanto da diversidade como da cultura, dessa forma é grande a importância desta disciplina nas escolas. Ela facilita que o processo de conhecimento do aluno se amplie cada vez mais e o professor tem condições de fazer com que seus alunos reflitam os mais variados temas desde os mais antigos, mais importantes e mais atuais, assuntos que abordam sobre Cultura da Paz, Diálogo, Solidariedade, Defesa da Vida, Bullying, Meio Ambiente etc. Como está bem definida na própria LDB, o Ensino Religioso é parte integrante da formação básica do cidadão. Com essa disciplina os alunos receberão informações que lhes permitirá ter uma visão muito maior sobre os temas mais diversos e de uma forma livre, sem pressão.

O Ensino Religioso como afirma o artigo “A importância do Ensino Religioso nas escolas” segundo “O Diário” (2013), apresenta um ensinamento que fala ao coração do aluno. É através dele que o estudante aprenderá a construir o seu caráter, e isso ainda o ajudará a posicionar-se diante da realidade. Ele é o complemento e vai fechar toda a

formação que esse aluno teve. As outras disciplinas são importantes, mas aquele jovem é um ser humano, ele está no mundo. Desde o início da humanidade, o homem tem implícito nele a formação religiosa, independentemente de qualquer coisa.

Portanto percebe-se que o Ensino Religioso no Estado de Roraima vem evoluindo e ocupando o seu devido lugar nas salas de aula das escolas, o objetivo do ensino desta disciplina tem seguido as determinações tanto da LDB, dos PCN's e do Conselho Estadual de Educação. Ainda falta um longo caminho a ser percorrido, mas pode-se observar que muitas mudanças já ocorreram.

## **CAPÍTULO 3 – O ENSINO RELIGIOSO E A VISÃO DE ALUNOS E PROFESSORES SOBRE A SUA INTRODUÇÃO COMO COMPONENTE CURRICULAR.**

“Eu também quero construir uma teia sobre o vazio”.

(RUBEM ALVES 2006)

Neste capítulo, estarão sendo abordados os estudos e pesquisas realizados sobre a introdução do ER em duas Escolas Estaduais do Estado de Roraima, que são: a Escola Estadual São Vicente de Paula e a Escola Estadual Lobo D’Almada. Fez-se um levantamento sobre como a disciplina de Ensino Religioso é inserida no PPP de cada escola, quais são suas diretrizes e metas. Os documentos que abordam sobre o ER em cada uma das escolas pesquisadas estão embasados seguindo as determinações propostas nas leis em vigência.

Todos os dados coletados foram feitos com estudo da proposta pedagógica, entrevistas aplicadas com alunos e professores das duas escolas acima citadas. A pesquisa foi realizada entre os meses de fevereiro e março. Inicialmente, foi realizado o estudo do PPP e da proposta pedagógica; em seguida, foram realizadas as entrevistas gravadas com alunos e professores, sendo cinco alunos de cada uma das escolas e dois professores da escola São Vicente de Paula e três da Escola Lobo D’Almada, todos em turnos diferentes.

### **3.1. Histórico da Escola Estadual São Vicente**

A Escola Estadual São Vicente de Paula foi fundada no dia 27 de setembro de 1963, na administração do Governador Francisco de Assis Albuquerque Peixoto, com o nome de Grupo Escolar Gilberto Mestrinho, homenagem por ser Deputado Federal pelo Ex-Território Federal de Roraima. Passou a funcionar oficialmente em 1964, sob a direção da Professora Alzira Bonfim Façanha, com um total de 150 alunos. Em 1972, recebeu o nome de Unidade Escolar São Vicente de Paula, em homenagem ao bairro, onde fica localizada. Funcionou com este nome até 1975.

O Patrono Vicente de Paulo nasceu aos 24 de abril de 1581, na aldeia de Pouy, sul da França, seus pais eram pequenos proprietários rurais. Vicente era o terceiro de

seis filhos. Até os 14 anos de idade, trabalhou na terra de seu pai e foi pastor de ovelhas. Recebeu uma sólida formação cristã e o carinho de seus pais que o fizeram estudar. Formou-se doutor em Teologia, foi ordenado padre aos 19 anos e descobriu o verdadeiro sentido do sacerdócio a partir de experiências trágicas quando presenciou muitas pessoas morrerem de fome e abandono. Indignado com a sociedade desigual e cheia de egoísmo, quando as guerras, a peste e a fome eram tão comuns, consequentes de um poder centralizador de riquezas.

Vicente gastou o melhor de sua vida trabalhando com o povo sofrido. Multiplicou sua ação fundando várias instituições a serviço dos pobres. Formou muitos missionários que deram continuidade ao trabalho de “ganhar almas para Deus”. Lutou pela paz e pela dignidade dos pobres. Com seu grupo de missionários, tornou-se um fermento no meio do povo e ajudou a igreja da França a recuperar a sua verdadeira vocação. Vicente de Paulo faleceu em 27 de setembro de 1660, aos 79 anos de idade, em Paris. Foi declarado santo em 16 de junho de 1737. Sua festa litúrgica é comemorada no dia 27 de setembro, data esta que a escola, com muita honra, comemora o seu aniversário.

O nome da Escola ao ser registrada sofreu um erro de ortografia no nome Paulo, ficando Paula, mas isso nunca afetou de fato o sentido do verdadeiro nome de seu Patrono. Em 1976, a escola recebeu a denominação de Unidade Integrada São Vicente de Paula e funcionou com essa denominação até maio de 1977.

No terreno onde está localizada a Escola São Vicente de Paula, antigamente era uma casa residencial, que pertencia à Senhora Judite Guilherme da Silva. O terreno se encontrava em área de lavrado. Em 1960, foram demarcadas as terras e a parte onde ficava a escola ficou para o Governo. Na administração de Assis Peixoto, foi construída a escola com bastante dificuldade, pois, muitas vezes, faltava material de construção, porque vinha de Manaus.

A Escola funcionava em três turnos, não tinha energia elétrica e nem encanação de água, e à noite se usava o lampião para clarear as salas. A merenda era feita na casa de dona Judite, que morava em frente à escola. D. Judite ajudava a fazer a merenda no fogão à lenha, retirando água do poço.

Com o passar dos tempos, chegou a rede elétrica ao bairro. A estrutura da escola sempre foi de alvenaria, sendo apenas ampliada com mais salas e um ginásio coberto. Funcionava do jardim de infância até a 5ª série, hoje Ensino Fundamental. Nos aniversários da escola, era tradição chamarem um padre e um pastor para celebrar Culto Eucumênico. Todos os moradores entrevistados afirmam que a escola era a vida do bairro.

Em 1977, através do Decreto nº 20 publicado no Boletim Oficial nº 43, do Ex-Território Federal de Roraima, foi oficialmente criada a Escola de 1º Grau São Vicente de Paula. Devido à pouca demanda de escolas de Educação de Jovens e Adultos na região, a Escola São Vicente de Paula, passou a funcionar no período noturno a partir de 2003 atendendo ao 3º Segmento da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Atendia a 12 turmas do 1º ao 3º ano, ficando assim até o mês de junho de 2006, período em que foi inaugurada uma escola de Ensino Médio nas proximidades e então os alunos foram transferidos para ela. A partir daí a escola voltou a funcionar em dois turnos novamente.

Os diretores que participaram da vida da escola e contribuíram para o seu crescimento foram: Raimunda Mota de Carvalho, Maria de Fátima Farias, Janice de Souza Cruz, Sebastião Corrêa Filho, Joelly Rodrigues Dias, Dirlene Maria Zamlorenzi Camargo, Marlise Matos de Menezes, Norma Geiza Barreiro Farias, Waldemar Ramos dos Reis, Maria Mônica Rodrigues Cunha.

Hoje, com a nova nomenclatura, a escola passou a ser chamada Escola Estadual São Vicente de Paula, situada na Avenida Nossa Senhora da Consolata nº 2772 – Bairro São Vicente, Cep: 69303-080 zona sul da cidade. No ano de 2012 a escola passou gradativamente de série para ano, conforme a Ampliação do Ensino Fundamental para nove anos. Lei nº 11.274/2006.

Em 2015, a escola atende a alunos de 5º ano ao 9º ano, nos turnos matutino e vespertino, totalizando 450 alunos. No turno matutino 230 e vespertino, 220 alunos. É dirigida pela gestora Antônia Jaqueline Pereira do Nascimento.

A estrutura física do prédio da escola é muito boa. Houve uma reforma no período de 01/07/2013 a 17/03/2014. Suas dependências e paredes são bem conservadas, a ventilação das salas de aula é através de ventiladores e algumas com centrais de ar, as janelas são do tipo basculante de vidro com película, mas, mesmo

assim, o sol que adentra nas salas é intenso, tornando o ambiente muito quente no período da tarde. A luz artificial também se faz necessária para clarear melhor o ambiente.

Até o ano de 2008, a escola funcionava com 24 turmas, sendo 12 salas de aula. Mas a partir de 2009, com a implantação da Sala Multifuncional para atendimento individualizado aos alunos portadores de necessidades educacionais especiais, fez-se necessário o espaço de uma sala. Portanto, o conselho escolar optou pela diminuição de uma sala de aula para abertura desse espaço tão importante para acolher dignamente e de acordo com as exigências do MEC aos alunos ANEEs. Ressaltando que esses alunos estão inseridos nas salas de aula regular e recebem atendimento na sala multifuncional no contra turno.

O espaço físico hoje é de: 08 salas de aula, totalizando 16 turmas, com um armário de aço para os materiais do professor, 30 mesas e cadeiras por sala, possui uma pequena biblioteca com um acervo de poucos livros de pesquisa e literários, sendo a maioria de livros didáticos. O espaço é climatizado, o material mobiliário são prateleiras de ferro, um balcão, recebeu 04 mesas redondas e as cadeiras utilizadas são iguais às das salas de aula; 02 salas de reforço onde os professores dividem seus horários para melhor atender aos alunos com necessidade de reforço de aprendizagem em horário oposto. Vale salientar que apenas essas salas não são insuficientes para atender aos alunos que necessitam de reforço, é necessário à coordenação buscar espaço na biblioteca, refeitório e até no pátio para localizar os professores das diferentes disciplinas; possui 01 laboratório de Informática; sala da Orientação Educacional para atendimento e apoio à comunidade escolar; sala da secretaria onde trabalham com toda a escrituração escolar: tanto com a documentação dos funcionários como com a dos alunos; possui três computadores, cinco mesas, um armário e quatorze arquivos de aço; 01 central de ar e banheiro privativo; sala dos professores em ambiente pequeno, mas acolhedor: equipada com um jogo de sofás, mesa grande, cadeiras, geladeira, central de ar, dois armários de aço e um banheiro privativo; sala da Coordenação Pedagógica para atendimento aos professores, alunos e comunidade escolar, equipada com duas mesas, dois armários, um arquivo, aparelho de ar condicionado; Sala da direção, pequena mas aconchegante, climatizada, com banheiro privativo, duas mesas, um sofá e dois armários; Refeitório amplo com 7 mesas grandes, 14 bancos, a ventilação e iluminação

são artificiais; copa/cozinha com geladeira, fogão, um armário de aço, outro em madeira e utensílios adequados ao atendimento dos alunos; sala da cantina que atualmente é arrendada pela Associação de Pais e Mestres para o fornecimento de lanche aos alunos e funcionários; sala de serviços gerais para descanso dos servidores e para guardar os materiais de limpeza; depósitos (02) sendo: um para estoque de utensílios de cozinha e outro para material de expediente, de educação física e diversos; banheiros: (03) para funcionários, (04) para os alunos, sendo 02 masculinos e 02 femininos; pátio coberto e ginásio de esportes, com arquibancada em um dos lados.

Quase todo o espaço da escola é de área construída, sobrando um pequeno terreno de areia nos fundos onde se encontra uma pequena horta, com alguns tipos de verduras e a maioria é de ervas medicinais, que são utilizadas para fazer chás e ajudam a amenizar dor de cabeça, de barriga, cólicas, etc. Essa horta faz parte do Projeto Horta do Guri e foi idealizada e executada pela Professora Francisca Dias, juntamente com seus alunos de 4ª Série, no ano de 2009, que todos os anos cuidam com dedicação da horta. Os alunos se renovam, mas a professora continua com o projeto e, assim, vai disseminando a prática aos novos alunos que também adquirem o hábito de cuidar da natureza e aproveitar o que ela nos oferece.

### **3.1.1 Escola Estadual Lobo d'Almada**

A Escola Estadual Lobo D'Almada, localiza-se na Av. Benjamim Constant, nº 1453, Bairro: Centro, na cidade de Boa Vista/RR. Atualmente a escola possui 954 estudantes nos Ensino Fundamental Maior e Ensino Médio. Os turnos estão distribuídos da seguinte forma:

- matutino com 339 (7º e 8º Ano do Ensino Fundamental)
- vespertino com 356 (9º Ano do Ensino Fundamental e 1º Ano do Ensino Médio)
- noturno com 259 (EJA 1º, 2º e 3º Segmento).

O espaço físico da escola é composto de 12 salas de aula totalizando 36 turmas, com um armário de aço para os materiais do professor, 30 mesas e cadeiras por sala, tem biblioteca com um acervo de bastantes livros de pesquisa e literários, sendo a maioria de livros didáticos; o espaço é climatizado, o material mobiliário são prateleiras de ferro, um balcão; recebeu 08 mesas redondas e as cadeiras utilizadas são iguais às das salas de aula; tem um refeitório bem amplo, têm um bom pátio, tem 01 Laboratório

de Informática; sala da Orientação Educacional para atendimento e apoio à comunidade escolar; sala da secretaria onde trabalham com toda a escrituração escolar: tanto com a documentação dos funcionários como com a dos alunos, possui três computadores, cinco mesas, um armário e quatorze arquivos de aço, 01 central de ar e banheiro privativo; sala dos professores um ambiente pequeno, mas acolhedor: equipada com um jogo de sofás, mesa grande, cadeiras, geladeira, central de ar, dois armários de aço e um banheiro privativo; sala de Leitura; sala da Coordenação Pedagógica para atendimento aos professores, alunos e comunidade escolar, equipada com duas mesas, dois armários, um arquivo, aparelho de ar condicionado; sala da direção, pequena mas aconchegante, climatizada, com banheiro privativo, duas mesas, um sofá e dois armários; copa/cozinha com geladeira, fogão, um armário de aço, outro em madeira e utensílios adequados ao atendimento dos alunos; sala da cantina, que atualmente é arrendada pela Associação de Pais e Mestres para o fornecimento de lanche aos alunos e funcionários; sala de serviços gerais para descanso dos servidores e para guardar os materiais de limpeza; Depósitos (02) sendo: um para estoque de utensílios de cozinha e outro para material de expediente, de educação física e diversos; banheiros: (04) para funcionários, (06) para os alunos, sendo 03 masculinos e 02 femininos; Ginásio de esportes, com arquibancada em um dos lados.

A faixa etária dos alunos do 7º ao 9º Ano é entre 11 a 16 anos de idade e os do 1º Ano do Ensino Médio é entre 14 a 17 anos de idade. No ano de 2013, a Escola foi classificada entre as 06 melhores do Território Nacional Brasileiro referente ao prêmio Gestão Escolar 2012. A escola é organizada, com salas climatizadas e ambientais. Possui sala de Informática e de leitura. É ainda equipada com quadros branco, mural, TV, DVD, Datashow, Multiuso, internet e etc. a escola conta ainda com uma sala ecológica construída com garrafas pet e materiais recicláveis que é usada para aulas de reforço.

Na escola, há vários projetos educacionais desenvolvidos para auxiliar no processo de ensino/aprendizagem dos alunos:

- Ciência aqui se faz;
- Ciência aqui se aprende;
- Roraima: conhecendo a Geografia e fazendo História;
- Educação ambiental;

- Educação para o trânsito;
- É lendo que se aprende;
- Cantando o conhecimento;
- Reciclar e educar.

A escola conta com a parceria da Polícia Militar que ministra o curso PROERD- Programa Educacional de Resistência às Drogas e do Exército Brasileiro através de palestras de prevenção à saúde e gincana com os alunos para ajudar na limpeza da escola. O envolvimento de toda a equipe de funcionários é excelente, todos cooperam e participam para que a escola se torne cada vez mais um ambiente acolhedor e prazeroso. Tanto a comunidade escolar interna como a externa sempre estão bastante envolvidas nas atividades realizadas pela escola. A relação da Escola com a família dos alunos é muito boa. Quando é preciso resolver algum problema envolvendo os alunos, a escola telefona para a família e, quando não consegue, os membros da orientação e gestão se deslocam até o endereço do mesmo, buscando todas as formas para ajudar o aluno. É comum os alunos procurarem a Instituição no horário oposto para estudarem, praticarem atividades físicas e outras atividades proposta pela escola. Muitos ex-alunos, com muita frequência, retornam à escola, pois afirmam que ali o ambiente é muito acolhedor e agradável.

Os educadores buscam conhecer cada aluno através do convívio diário, buscando ter um relacionamento harmonioso e de confiança, e entre os demais funcionários ocorre o mesmo. Há exceções, é claro, mais muito raro. Os alunos são bastante participativos nos concursos e simulados oferecidos pela escola. Entre as atividades sociais, culturais e comunitárias, pode-se citar: torneio interclasse de futebol, de futebol de salão, campeonato de voleibol, campeonato de fanfarras, quadrilhas juninas, feira de ciências, galeria de artes, mostra de matemática, e o Festival de Cultura.

Quanto ao nível socioeconômico dos alunos, pode-se dizer que 50% estão na média do salário mínimo, 35% abaixo e 15% acima. Os alunos têm um bom desempenho escolar. O IDEB de 2011 foi de 5.4, ultrapassando a média estipulada. Um grande número de alunos tem sido aprovado com muita frequência no IFRR, outros ficaram em primeiro lugar nas Olimpíadas de Matemática e Língua Portuguesa e alguns

têm ganhado medalhas e bolsas de estudos, assim como concursos de redação, feiras de ciências, concursos de peças teatrais.

### **3.2. Pressupostos Metodológicos da Coleta de Dados**

O presente trabalho teve como pressupostos metodológicos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa qualitativa<sup>1</sup>. Inicialmente, os trabalhos foram iniciados através de pesquisa bibliográfica, sendo feito estudo em livros, sites e revistas especializadas no assunto, para se conhecer mais amplamente como o ER vem sendo trabalhado ao longo da história da educação brasileira. Em seguida, em Boa Vista/RR e, conseqüentemente, nas duas unidades escolares citadas acima. Segundo Gil (2002), pode-se definir pesquisa como um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. Ela se desenvolve através de inúmeras fases, que se dá a partir das suposições iniciais, e que se faz necessário levantar conhecimento sobre o assunto. Muitos teóricos e autores abordam a importância da pesquisa bibliográfica, pois elas dão ao estudante uma compreensão bem extensa sobre o assunto em questão.

Conforme Gil (2002), o uso de livros e revista especializados constituem fontes bibliográficas por excelência, por causa da sua grande utilização e em função da forma que pode ser considerada como de corrente e de referência; os de corrente referem-se aos diversos gêneros literários e também a obras de divulgação que proporcionam conhecimentos científicos ou técnicos, já os de referência são aqueles que possibilitam a rápida consulta e, conseqüentemente, sucinta captação de conhecimento. As publicações e periódicos são formados por fascículos e têm como característica a rapidez da atualização. Uma das principais vantagens da pesquisa bibliográfica é o fato de que o pesquisador tem um leque muito maior e mais amplo do que aquela que poderia ser feita diretamente para cobertura do fenômeno em questão (GIL 2002).

---

<sup>1</sup> A pesquisa qualitativa prioriza procedimentos descritivos à medida em que sua visão de conhecimento explicitamente admite a interferência subjetiva, o conhecimento como compreensão que é sempre contingente, negociado e não tomado como verdade absoluta. O que é considerado "verdadeiro", dentro desta concepção, é sempre dinâmico e sujeito a mudanças. Não quer dizer num entanto, que se deve negar qualquer dado do tipo quantitativo. Optamos pela entrevista, observação semiparticipante. Interpretar os "dados" é o forte de nosso procedimento metodológico.

Segundo (VOLPATO 2000, p.25), “*primeiramente ao iniciar uma pesquisa bibliográfica o pesquisador tenha claro e definido o tema da pesquisa*”. Neste primeiro momento o investigador precisa formular um título para o seu levantamento bibliográfico e identificar os termos que expressem o seu conteúdo e, se possível, sempre optar por estudar em outra língua.

A pesquisa bibliográfica possibilita ao pesquisador aprofundar-se sobre o tema em estudo de maneira mais completa, podendo ter um conhecimento detalhado e fazer suas próprias análises e críticas sobre o assunto estudado. A leitura exige que o leitor tenha a capacidade de resumir, avaliar, analisar, comparar e compreender determinado tema, e todo esse processo é primordial para que a pesquisa tenha êxito. Fazer a relação entre vários autores que abordam sobre o mesmo assunto possibilita ao pesquisador ter cada vez mais compreensão, pode fazer um paralelo entre eles e tornando a comparação como condição de poder ter a capacidade de fazer a sua própria definição.

Também foi desenvolvido neste trabalho a pesquisa qualitativa. Segundo afirma Minayo (1994), a pesquisa qualitativa tem a preocupação com uma realidade que não pode ser quantificada, respondendo a questões muito particulares, trabalhando com um universo de significados, crenças e valores e que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos fenômenos que podem não ser reduzidos à operacionalização de variáveis. A pesquisa qualitativa sempre terá um caráter de descrição e as descrições que nelas constam estarão sempre sobre a influência dos significados que o ambiente lhes proporciona, ou seja, são produtos de uma visão subjetiva.

Segundo Triviños (1987), com a pesquisa qualitativa, “a interpretação dos resultados surge como a totalidade de uma especulação que tem como base a percepção de um fenômeno em um contexto”.

No processo da pesquisa qualitativa, o trabalho é direcionado da mesma forma que uma investigação, em que é escolhido um determinado tema com toda uma problemática, mas a escolha do assunto não pode ser feita de forma aleatória, ela deve partir do interesse e das circunstâncias socialmente condicionadas. Dessa forma, a escolha da necessidade de determinada inserção do pesquisador na sociedade e assim

possibilitará que ele faça uma coleta de dados e análise da pesquisa e das informações recebidas.

No decorrer do desenvolvimento da pesquisa não se pode esquecer que há necessidade de que faça uma fundamentação teórica bem específica, sendo de suma importância uma revisão bem detalhada de toda a literatura que envolve o tema estudado, e é com esta revisão bibliográfica que oferece conteúdos para a elaboração das questões de pesquisa e das perguntas norteadoras.

A entrevista é o instrumento mais utilizado no processo da pesquisa qualitativa, configurando assim “um dos principais meios que tem o investigador para realizar a coleta de dados” (TRIVIÑOS, 1987, p. 143). No sentido mais universal, pode-se considerar que todo ato de comunicação verbal é uma entrevista. No sentido mais restrito pode-se considerar a entrevista como a coleta de informações sobre determinado assunto. (MINAYO, 1994). Para Triviños a entrevista é:

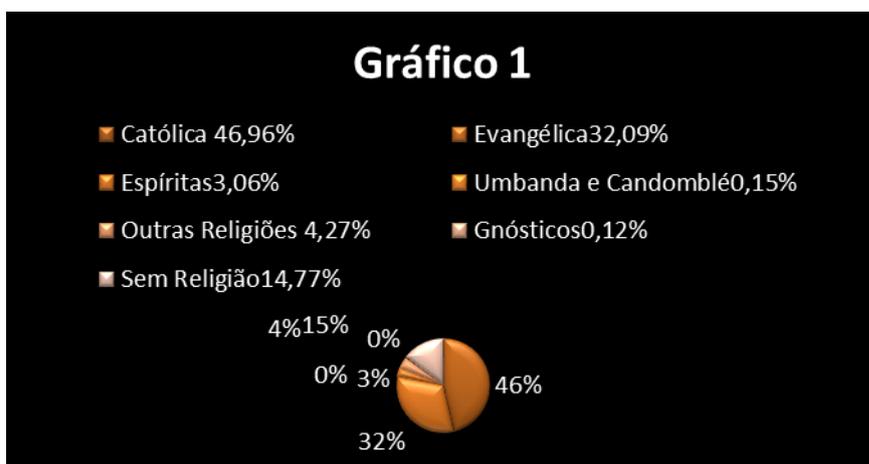
(...) parte de questionamentos básicos, fundamentado nas teorias e nas hipóteses que interessam à pesquisa, oferecendo-lhe uma diversidade de interrogativas a partir das respostas dos entrevistados (informantes), ou seja, no momento que o informante, seguindo espontaneamente a sua linha de pensamento, responde os questionamentos feitos pelo investigador, esta resposta poderá gerar uma série de novos questionamentos e a partir desse momento o informante passa a participar da elaboração do conteúdo questionado pela pesquisa. (1987, p.146).

Para se trabalhar usando a entrevista, é necessário que seja elaborado um roteiro com perguntas organizadas segundo o tema do trabalho de forma que o entrevistado compreenda o objetivo da referida atividade.

Portanto, qualquer que seja a escolha do método da pesquisa sobre o objeto de estudo, é preciso que o pesquisador, seja conhecedor e organizado em relação ao tema em questão, pois os indivíduos que serão pesquisados precisam sentir-se confiantes e seguros em relação a quem vai ser entrevistado.

### 3.2.1 Dados do IBGE Sobre Religiões que Predominam em Boa Vista/RR

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresenta no censo de 2010 um quadro sobre as religiões que existem no município de Boa Vista, e algumas religiões têm aumentado o número de fiéis, segundo o quadro abaixo.



Esses dados demonstram uma noção sobre o quadro das religiões que são praticadas em Boa Vista, porém um dado que tem chamado bastante a atenção é o número de pessoas que se declaram sem Religião. E, entre os jovens, esse número é ainda maior e isso ficou bem nítido durante a pesquisa realizada nas Escolas Estaduais Lobo D'Almada e São Vicente de Paula: muitos alunos afirmam que frequentam determinada religião por imposição de suas famílias, mas que não se identificam com ela e preferem realizar outras atividades.

### 3.3. Coleta e Análise de Informações

#### 3.3.1. Entrevistas Realizadas com os Alunos

As informações coletadas durante a pesquisa sobre a visão e opinião dos alunos em relação ao ER como disciplina, o que eles acham da sua inserção como componente curricular obrigatório, a forma como ela vem sendo trabalhada, como eles gostariam de que ela fosse ministrada, foi realizada de forma gravada e depois transcrita. A coleta de informações, primeiramente, foi realizada na Escola Estadual Lobo D'Almada, tanto com professores quanto com os alunos e, em seguida, na Escola Estadual São Vicente de Paula. No primeiro momento foi conversado de forma informal com os alunos sobre

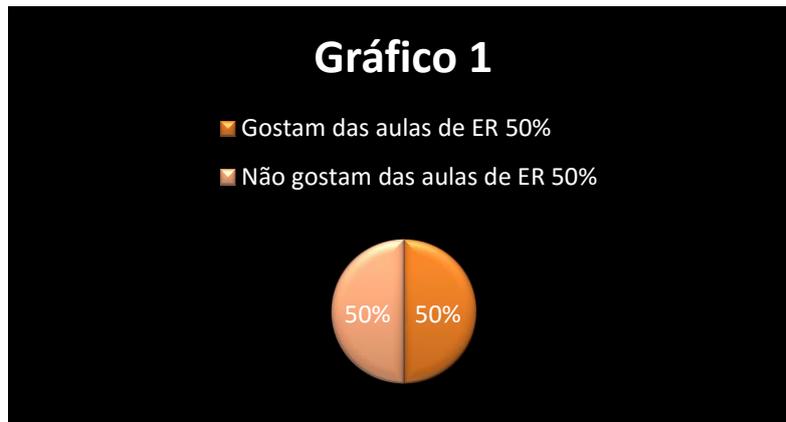
qual a compreensão deles em relação aos conteúdos propostos dentro da disciplina de ER. Cada um abordou à sua maneira a compreensão que tem da forma como esta disciplina tem sido trabalhada, expondo suas opiniões sobre o que eles concordavam e o que discordavam.

Os alunos que participaram da entrevista são alunos do 8º ao 9º ano do Ensino Fundamental, com idades entre 14 a 16 anos, todos concordaram em participar da pesquisa, e foram comunicados de que a entrevista seria gravada e posteriormente seriam transcritas. Os referidos alunos têm uma condição socioeconômica bastante diversificada, alguns afirmam que não têm religião definida, frequentam missas e cultos evangélicos, depende do estado de espírito em que se encontram; outros disseram que seguem a religião à qual suas famílias pertencem e houve aqueles que se consideram sem religião.

### **3.3.2 – Análise das Informações dos Alunos**

Entre os alunos entrevistados, 50% afirmaram que gostam das aulas e os demais 50%, que não gostam. Para o grupo dos que gostam, nessas aulas há a oportunidade de adquirirem mais conhecimento sobre os assuntos abordados. Segundo os entrevistados, sempre é muito bom conhecer mais sobre um determinado assunto, mas um grande problema segundo eles é a forma com que seus professores ministram essas aulas: muitas vezes sem entusiasmo algum, as atividades estão totalmente distorcidas, é preciso como eles (alunos) afirmam que os professores devem pesquisar e estudar mais sobre os conteúdos de ER, para trazerem para a sala de aula informações importantes para seu processo de formação. Segundo Morin (2011p.10) *“o ensino fornece conhecimento, fornece saberes. Porém, apesar de sua fundamental importância, nunca se ensina o que é, de fato, o conhecimento. E sabemos que os maiores problemas neste caso são o erro e a ilusão”* (Gráfico 1).

## Gráfico 1 – Os alunos gostam das aulas de ER?



Fonte: Teresa Felismina, Pesquisa de Campo 2015.1.

Nesse gráfico 1, trata-se a opinião dos alunos em relação ao ensino da disciplina de ER como matéria obrigatória. Segundo Edgar Morin (2011, p4) “*O Ensino Religioso nas escolas pode e deve tornar-se uma disciplina para a formação integral do aluno e da sua cidadania*”. O outro grupo afirmou que não gosta de forma alguma dessas aulas, elas poderiam ser substituídas por algo mais interessante e proveitoso. Alguns até sugeriram que fossem ofertadas aulas de Produção de texto (Língua Portuguesa) ou um esporte que seria muito melhor. Segundo Demo (2004, p.37) afirma:

Podemos alargar enormemente, indefinidamente a autonomia, se soubermos pensar, conhecer, aprender. Faz parte do saber pensar não só conquistar espaço próprio, mas saber conviver com o espaço dos outros. Quem sabe pensar não usa força para convencer, mas o argumento. Ao mesmo tempo em que se sabe argumentar, promove o contra-argumento. Jamais fecha a discussão porque o sentido da discussão não é fechar, mas abrir para novas e infundáveis discussões.

Os alunos participantes da entrevista apresentaram, em determinados momentos, bastante segurança em relação ao ensino da disciplina de ER, quando afirmam a sua importância para o processo de formação do indivíduo. Alguns dos entrevistados afirmam gostar muito das aulas, o que apenas na opinião deles é necessário mudar e que essas aulas fossem mais dinâmicas e interessantes, pois os temas trabalhados são bons. É preciso que os conteúdos sejam transmitidos aos alunos com uma linguagem que todos possam compreender o verdadeiro objetivo dos conceitos desta disciplina. Segundo Buren:

A linguagem nos coloca numa situação circular: é como uma pessoa que examina seu olho, mas deve usar seus olhos para examiná-lo. Como ser linguístico pode dar-nos à tarefa de entender o que é para nós a nossa linguagem (1977, p. 53).

Para Fernandes (2000), geralmente é pelo vazio desta disciplina que, no relacionamento humano, o direito se tornou a lei do mais forte, os que têm mais poder e a vida social mais bem estruturada termina no egoísmo que semeia as injustiças mais gritantes, são vencedores aqueles que dominam. Eis a finalidade da religião na vida da pessoa: tentar orientá-la para o sobrenatural; ligá-la novamente com o sobrenatural.

No entanto, essa ligação deve ser orientada numa dimensão libertadora e não alienante, oferecendo aos alunos a opção de poderem tomar suas próprias decisões, sem serem persuadidos a seguirem o que foi predeterminado ou já determinado por outro. Na sala de aula, o aluno precisa ter acesso a todas as informações, ter conhecimento de todos os fatores que envolvem o processo, podendo assim direcionar seus próprios conceitos e valores tão presentes em nosso continente Latino-americano (FERNANDES: 2000, p. 30-31).

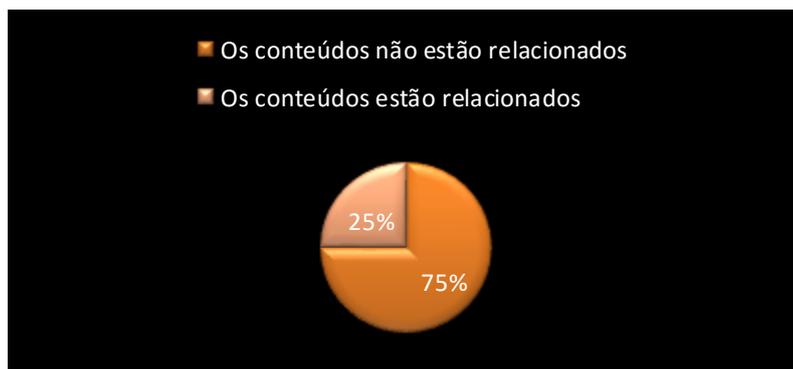
Segundo alguns alunos entrevistados, é bastante interessante participar das aulas desta disciplina e que as atividades realizadas se têm tornado mais atrativas. Os seus professores têm trabalhado de forma geral os conteúdos da disciplina, sem enfatizar o lado espiritual que ele prática e este fato, segundo o entrevistado 1, é muito bom. As formas como os conteúdos desta disciplina devem ser trabalhadas e precisam seguir, segundo Caron (1998) comenta:

Esta disciplina, trabalhada de forma interdisciplinar, colabora para que educandos e educadores estejam comprometidos com a qualidade de vida, em que a justiça, a fraternidade, o diálogo e o respeito pelo diferente, pela história, pelas tradições e culturas favoreçam a paz, a unidade, a esperança e a solidariedade. Admitido como parte integrante da formação global educando, favorece a humanização e a personalização de educandos e educadores, como sujeitos de seu desenvolvimento e protagonistas na construção de um mundo novo, humano e solidário (1998, p. 286-287).

O gráfico 2 aborda o que os alunos pensam sobre as aulas de ER. Nesse sentido, buscou-se conhecer a ideia que os alunos têm a respeito da referida disciplina.

Observou-se que as opiniões divergem: enquanto uns afirmam que os conteúdos trabalhados são bons (25%), outros afirmam que os assuntos estudados não estão relacionados à disciplina que ainda não conseguiram entender o objetivo real do ER na sala de aula cerca de (75%).

**Gráfico 2 - O que você pensa a respeito das aulas de ER?**



**Fonte: Teresa Felismina, Pesquisa de Campo 2015.1.**

A maioria dos entrevistados afirmaram, durante a entrevista, que os conteúdos trabalhados pelos seus professores não estão, em sua opinião, relacionados à disciplina de ER, percebe-se que os alunos compreendem que é necessário haver uma interação entre os conteúdos indicados na Proposta Curricular e as atividades desenvolvidas na sala de aula. É preciso que se leve em conta todo o contexto onde o aluno está inserido, o educando precisa ser o centro das atenções. Segundo Demo:

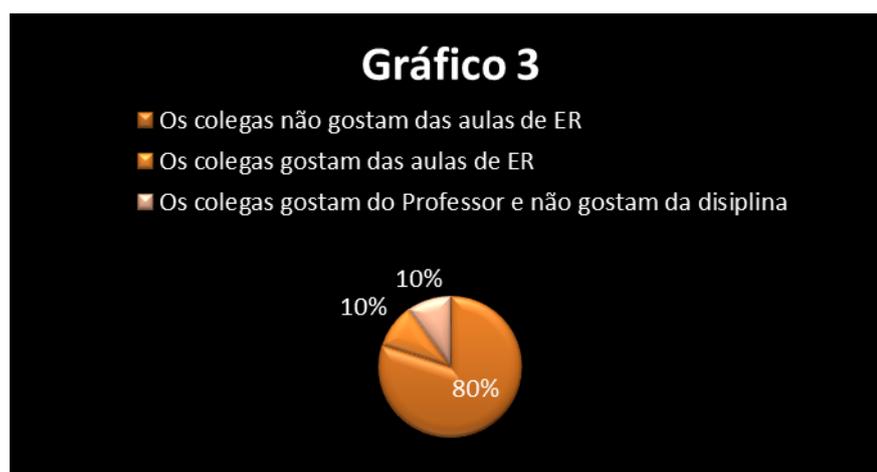
É fundamental conhecer bem o aluno, suas motivações mais sensíveis, sua própria história, familiar e social, antecedentes de seu desempenho, suas expectativas lançadas sobre a escola e o processo educativo, seus problemas sociais e econômicos, e assim por diante. Parte fundamental é o interesse pelo contexto cultural do aluno, como bem trabalham Vygotsky, Gramsci, entre outros autores ligados ao pano de fundo psicossocial do aluno, já que a capacidade reconstrutiva está muito ligada a pontos hermenêuticos de partida: conhecer a partir do que já se conhece, aprender do que já se aprendeu, refazer contextos interpretativos similares, e assim por diante (2001, p. 67).

O aluno precisa sentir-se parte importante naquele ambiente independente da disciplina que está sendo trabalhada e, no caso do ER, isso é muito mais importante. É necessário que as metodologias utilizadas durante as aulas de ER estejam de fato direcionadas para o processo de ensino/aprendizagem dos alunos. Durante as conversas,

os alunos afirmaram que ainda não conseguiram compreender qual é a importância das aulas de ER, que ainda encontram muitas dificuldades para entenderem alguns temas trabalhados nas aulas. Assim, pode-se perceber que é necessária uma reavaliação sobre a forma como os temas propostos têm sido colocados aos alunos.

O Gráfico 3 faz uma amostragem em relação aos questionamentos que os demais colegas dos alunos entrevistados comentaram sobre as aulas de ER. Uma porcentagem bastante significativa (80% de alunos) afirma que seus colegas não gostam das aulas desta disciplina, pois desejavam que o horário fosse usado com outras atividades, para 10% dos alunos seus colegas comentam que gostam das aulas e 10% afirmam que as aulas de ER não fazem diferença nenhuma para eles.

### GRÁFICO 3 – O que seus amigos costumam dizer sobre essas aulas de ER?



Fonte: Teresa Felismina, Pesquisa de Campo 2015.1.

As aulas de ER, segundo os entrevistados, para a maioria de seus colegas de escola, ainda não têm muita importância. Essas aulas poderiam ser substituídas por outras atividades, que, segundo eles, seriam mais interessantes e proveitosas. Nas aulas de ER há inúmeras atividades que poderiam ser realizadas de forma atrativa que poderiam despertar o interesse dos alunos. Segundo Bündchen comenta:

A compreensão global do Ensino Religioso é pertinente por três motivos principais: a) está presente em escolas públicas e particulares; b) trabalha com dados que estão na dimensão da vida religiosa do indivíduo atuando na rede simbólica que faz contato constantemente

com sua realidade cultural em amplo aspecto - sejam as questões materiais, espirituais ou afetivas - sendo, portanto, uma disciplina que interfere diretamente na constituição do indivíduo; c) está na questão educacional em si, onde o ensino religioso compactua e atua no processo educacional mais amplo, junto com as outras disciplinas que compõe a grade curricular, tendo, portanto, responsabilidade pela qualidade desta educação. Acreditamos que o Ensino Religioso está presente na vida do educando de forma explícita (é disciplina, tem trabalhos a serem feitos e etc.) e implícita (a rede simbólica que envolve o indivíduo carregado de aspectos religiosos). Assim o educador religioso (professor de religião) deve compreender que sua função é dupla: auxiliar na sua formação educacional/instrutiva (2007, p.24).

Os alunos necessitam receber informações que contribuam para seu processo de formação e sua inserção no mundo globalizado, estando assim preparados para enfrentarem todas as mudanças que ocorrem de forma acelerada e constante nos dias atuais. O conhecimento é, pois, uma aventura incerta que comporta em si mesma, permanentemente, o risco de ilusão e de erro.

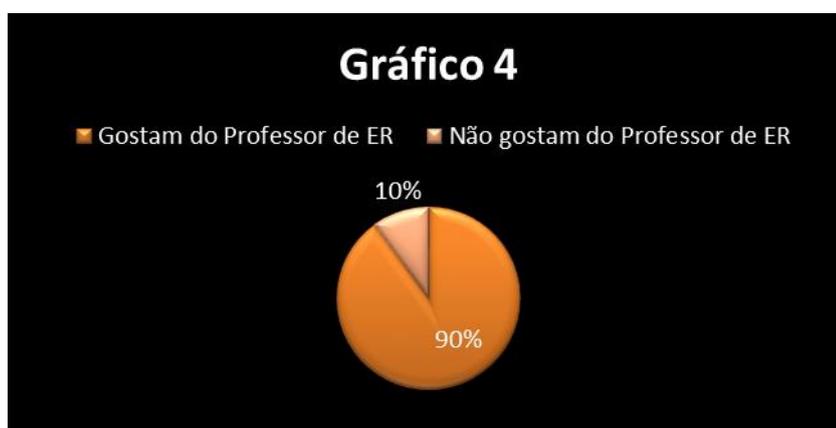
Entretanto, é nas certezas doutrinárias, dogmáticas e intolerantes que se encontram as piores ilusões; ao contrário, a consciência do caráter incerto do ato cognitivo constitui a oportunidade de chegar ao conhecimento pertinente, o que pede exames, verificações e convergência dos indícios; assim, nas palavras cruzadas, atinge-se a precisão para cada palavra na adequação ao mesmo tempo de sua definição e sua congruência com as outras palavras que contêm letras comuns; em seguida, a concordância geral que se estabelece entre todas as palavras constitui a verificação de conjunto que confirma a legitimidade das diferentes palavras inscritas. Edgar Morin, (2002.).

Mas a vida, diferentemente das palavras cruzadas, compreende espaços sem definição, espaços com falsas definições e, sobretudo, a ausência de um quadro geral fechado; é somente aí que se pode isolar um quadro e tratar os elementos classificáveis, como no quadro de Mendeleiev, no qual se podem alcançar certezas. Uma vez mais repetimos: o conhecimento é a navegação em um oceano de incertezas, entre arquipélagos de certezas (MORIN, 2002).

No Gráfico 4 a seguir, os entrevistados comentam qual a visão deles e dos colegas em relação ao professor que ministra as aulas de Ensino Religioso. Para 90%

dos entrevistados, eles e seus colegas gostam dos professores, mas não gostam da disciplina: o que não lhes agrada é a forma como os docentes desenvolvem as atividades durante as aulas. Eles afirmam que alguns professores não têm segurança durante as explicações ou desconhecem os temas que devem ser trabalhados e abordam sobre eles. Para 10% dos pesquisados, eles e seus colegas não gostam nem da disciplina, nem do Professor.

#### **GRÁFICO 4 – O que os alunos dizem sobre os professores de ER?**



**Fonte Teresa Felismina, Pesquisa de Campo 2015.1.**

A relação entre aluno e professor é um assunto bastante delicado dentro das escolas, é preciso ser trabalhado com sensibilidade para que, ao longo do tempo, seja construída uma relação de respeito e entendimento entre os envolvidos. O diálogo entre discente e docente poderia ser a base neste processo de relacionamento, um momento de compreensão no qual o professor permite que seus alunos possam, de forma segura e confiante, expor suas dúvidas e opiniões, uma atitude de amor, humildade e fé no ser humano, no seu poder de fazer e de refazer, de criar e de recriar.

Segundo os alunos, os professores precisam qualificar-se mais em relação aos conteúdos de ER, pois alguns docentes, ainda na opinião deles (alunos), não apresentam ter muito conhecimento ou, se têm, não apresentam segurança em relação ao que explicam. Os alunos afirmam que seus professores de ER precisam elaborar aulas que despertem o interesse de todos, que os professores façam estudos mais específicos sobre os conteúdos e busquem encontrar métodos e instrumentos que auxiliem a melhor compreensão dos temas abordados.

Segundo Freire (1996, p. 21), o “*ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção*”, (1996, p. 21). Os alunos quando apresentam determinada rejeição referente ao professor ou disciplina precisa tentar conhecer os motivos dessa negatividade e trabalhar de forma que seja mudada a visão desse aluno. Em qualquer ambiente em que o cidadão frequente ele precisa sentir parte importante. As aulas de ensino religioso têm sido marcadas por muitas dificuldades impedindo seu reconhecimento. Mas, neste momento, o diálogo precisa ser trabalhado na relação professor-aluno. No processo de ensino/aprendizagem a socialização, a interação e a mediação entre todas as partes envolvidas é de suma importância para que haja sucesso no decorrer das atividades.

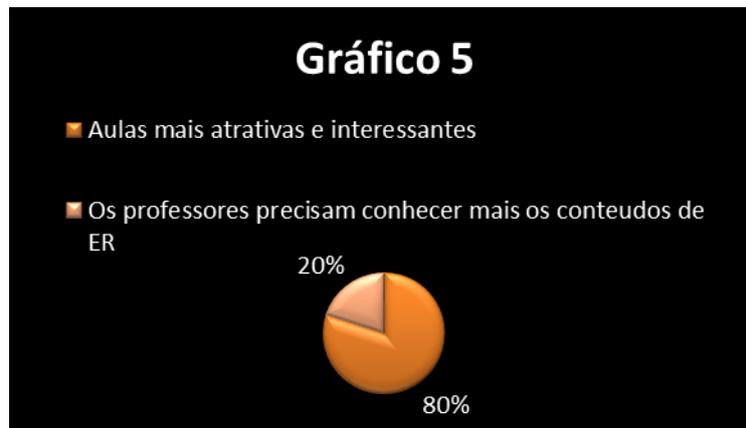
Segundo Paulo Freire (2002), o diálogo é um instrumento na constituição dos sujeitos, mas essa perspectiva só é possível como prática-atitude-dialógica por parte dos educadores e educandos; se estes acreditarem no diálogo como uma experiência humana face a face, capaz de mobilizar e refletir o agir dos homens e mulheres. Segundo Freire, afirma que:

O diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutastes (2002, p. 91).

Nesse sentido, a proximidade e a empatia podem ser consideradas como um instrumento para que o diálogo aconteça de forma natural, à medida que, quando todos se juntarem para descobrir, conhecer, resolver problemas, ficarem juntos e referendarem o outro no seu jeito de ver o mundo, de explicá-lo e mobilizar as experiências e saberes de que é portador.

No Gráfico 5 os entrevistados puderam falar sobre as suas sugestões em relação ao que os Professores de ER podem trabalhar em suas aulas, que atividades podem ser desenvolvidos para que os alunos se sintam estimulados e desejosos de estarem presente na sala de aula durante as aulas de ER, os entrevistados (80%) gostaria as aulas fossem mais atrativas e interessantes, para (20%) os professores precisam conhecer mais os conteúdos.

**Gráfico 5 –O que você sugere para o professor de ER e suas aulas?**



**Fonte Teresa Felismina, Pesquisa de Campo 2015.1.**

Ensinar não quer dizer que basta que o professor saiba um pouco do conteúdo específico e realizar algumas atividades ou técnicas pedagógicas, que já estará desenvolvendo seu papel corretamente. A função do ensino é transmitir conhecimentos que deverão ser retidos pelos alunos. Na realidade, o ensino vai muito além de tudo isso o aluno precisa sentir-se motivado. Com os avanços tecnológicos e com a crescente modernização de vários outros segmentos, a educação deve também modernizar-se. Não se afirma que a falta de interesse, por parte dos alunos, em assistir às aulas seja causada somente por específicas formas de métodos utilizados pelos professores, embora eles tenham grandes responsabilidades quanto a isso, mas a proposta de uma nova maneira de ensinar, com maior dinamismo e participação, aliados ainda às novas tecnologias, pode fazer com que o interesse ressuscite dentro de cada um dos jovens fazendo com que as aulas fiquem prazerosas (FERREIRA, 2007).

Os alunos entrevistados afirmaram que os seus professores poderiam trazer para salas de aula atividades diferenciadas para serem realizadas, que há muitas formas de se trabalhar os conteúdos de ER, podendo ser utilizadas músicas, histórias da Bíblia para serem feitas peças de teatros e outras atividades. Os professores precisam pesquisar as mais variadas opções de ensino.

Convidar e incentivar os alunos a opinarem sobre como as aulas poderão ser realizadas contribuirá imensamente para que as aulas se tornem mais atrativas, pois os alunos se sentirão como corresponsáveis e contribuintes deste processo, devido eles terem participado na elaboração das mesmas, trabalhando com assuntos que eles

mesmos deram como sugestão desperta um interesse muito maior por parte deles. Eles devem ser incentivados a participarem das aulas e poderão tornar-se sujeitos ativos de um processo educativo.

### **3.3.3. Entrevistas Realizadas com os Professores.**

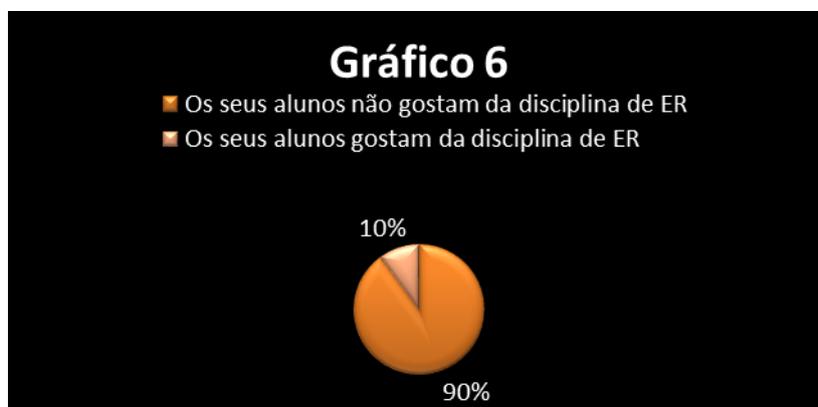
Após a observação das aulas de ER, estudo da Proposta Curricular e da Matriz Curricular, dos Parâmetros Curriculares de ER e do PPP de cada escola, foi elaborado um questionário para serem utilizados durante as entrevistas, as observações foram de suma importância para a construção das perguntas que seriam usadas nas conversas

### **3.3.4. Análise das Informações dos Professores**

Durante o processo de pesquisa, foi realizada uma entrevista com cinco professores que ministram as aulas de ER nas Escolas Estaduais Lobo D' Almada e na Escola Estadual São Vicente de Paula. A maior parte não tem formação específica na área e outros estão-se qualificando em área voltada para esse componente curricular. Quase todos trabalham com essa disciplina para complementarem sua carga horária, e eles afirmaram que, como não estão trabalhando em suas áreas, às vezes ministrar essa disciplina complica um pouco, mas todos afirmaram que tentam fazer o seu melhor, para que seus alunos recebam todas as informações necessárias. Estudam e buscam trazer para a sala de aula conteúdos necessários para o processo de formação de seus alunos.

No Gráfico 6, os professores responderam sobre o que seus alunos costumam relatar em relação à disciplina de ER, quais as maiores críticas ou elogios que eles recebem quando estão em sala de aula. Para 90 % dos professores entrevistados, os seus alunos que esta disciplina não tem nada de importante e 10% dos entrevistados afirmaram que seus alunos gostam da disciplina e dizem que sempre aprendem algo de diferente. Pode-se perceber a que a diferença de opiniões entre os alunos, segundo os entrevistados, é bastante diferente.

### Gráfico 6-O que os alunos costumam dizer sobre a disciplina Ensino Religioso?



Fonte: Teresa Felismina, pesquisa de Campo 2015.1.

Determinadas disciplinas despertam nos alunos algum tipo de rejeição e, segundo as alegações deles, os educandos, tais matérias são de difícil entendimento, eles não conseguem aprender nada e, no caso do ER, este fato não é diferente. Em muitas escolas ocorrem situações bastante delicadas onde os alunos não aceitam, em hipótese alguma, participarem dessas aulas. Os próprios docentes durante as entrevistas, afirmaram que seus alunos, em grande maioria, não gostam desta matéria. Eles questionam qual a importância da disciplina para a sua vida escolar.

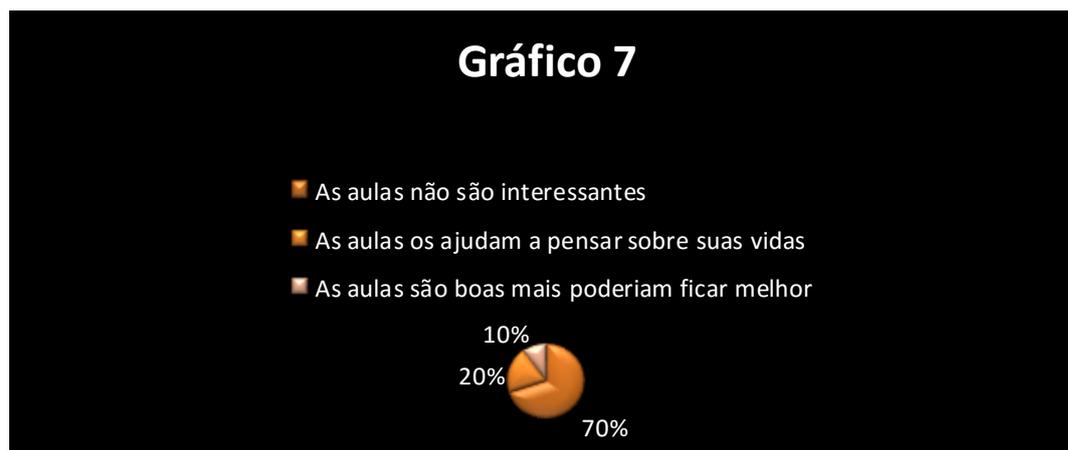
Segundo entrevistado um, em muitos casos, os alunos criticam e cometem atos preconceituosos contra certas religiões por desconhecerem seus princípios e fundamentos. Eles ainda não receberam informações sobre conceitos de certos assuntos, e isso dificulta a aceitação da referida disciplina.

Segundo Rubem Alves (2006), todos esses fatores vão depender da sensibilidade do profissional, de sua capacidade de pensar outras coisas que não sejam os conteúdos preestabelecidos. Ele terá que buscar formas novas de repassar os conteúdos, os alunos têm a necessidade de receber informações diferentes daquelas que eles já possuem, para poderem ter estímulo para buscarem ampliar seus conhecimentos. Se o professor for extremamente competente só na sua disciplina, será incapaz de responder às questões provocadas pelas indagações feitas por seus alunos, é preciso que se tenham certos conhecimentos em relação às demais áreas do conhecimento (ALVES, 2006).

No Gráfico 7, os entrevistados responderam sobre o que os alunos dizem em relação às aulas de ER que eles desenvolvem em sala de aula. Para 70% dos

professores, os seus alunos afirmam que as aulas não são muito interessantes, que eles poderiam melhorar. Para 20% dos professores ouvidos durante a entrevista, seus alunos afirmam que as aulas são legais e que os ajudam a pensar mais sobre a vida e 10% afirmam que seus alunos dizem que suas aulas estão boas mas poderiam ficar melhor.

### **Gráfico 7 - O que dizem os alunos sobre suas aulas de Ensino Religioso?**



**Fonte Teresa Felismina, Pesquisa de Campo 2015.1.**

Segundo o entrevistado dois, uma grande parte de seus alunos não gosta dessas aulas e afirmam que poderiam fazer outras atividades durante o tempo disponibilizado para essa disciplina, que eles não são obrigados a assistir essas aulas porque elas não reprovam. Sendo observado indagações pode-se analisar que muitas coisas precisam ser mudadas em relação à forma como as atividades desta disciplina vem sendo trabalhadas. Nesta abordagem, pode-se comentar sobre as afirmações de Morin (2002), quando ele afirma que os principais objetivos da educação é ensinar valores. E esses são incorporados pela criança desde muito cedo. É preciso mostrar a ela como compreender a si mesma para que possa compreender os outros e a humanidade em geral. Os jovens têm de conhecer as particularidades do ser humano e o papel dele na era planetária que vivemos. Por isso, a educação ainda não está fazendo sua parte. O sistema educativo não incorpora essas discussões e, pior, fragmenta a realidade, simplifica o complexo, separa o que é inseparável, ignora a multiplicidade e a diversidade (MORIN, 2002).

Segundo Alves (2009), os professores tentam ensinar aquilo que eles querem ensinar, do jeito, mas em que em muitos casos ele não querem aprender. O aluno precisa sentir-se respeitado pelo professor. É uma questão fundamental. A minha imagem de

professor é ele falando e os alunos quietos. O professor está sempre dizendo "silêncio, silêncio". É preciso saber quais as perguntas que os alunos estão fazendo. O ensino tem a ver com a capacidade de fazer perguntas. Isso desenvolve a inteligência. Seria bom que isso fosse ensinado nos cursos de pedagogia e educação (ALVES, 2009).

Os alunos, como se pode observar bem pelas falas dos professores, desejam ampliar seus conhecimentos, mas não aceitam a forma como esses conhecimentos vêm sendo transmitido. O aluno, quando tem a possibilidade de ter contado mais direto com determinado tema, a sua curiosidade fica mais aguçada e o seu interesse se torna muito maior. Segundo Alves (2009), os alunos têm muito mais interesse nas coisas que estão ao seu alcance, do que os que estão longe de seu contexto. É necessário trabalhar com fatos concretos, não adianta trabalhar com abstrações.

Uma das entrevistadas afirmou que as aulas de ER, segundo seus alunos, não fazem sentido porque religião é algo privado, porém a professora acredita que também está relacionado ao fato de muitos professores trabalharem somente uma religião em sala e geralmente a sua, e esse fator cria cada vez mais certo descrédito dos alunos em relação a disciplina de ER. Para Morin (2002), o professor vai se autoformar quando começar a escutar os alunos, conhecer as suas necessidades e anseios, pois os alunos são os porta-vozes de nossa época. Se há desinteresse da classe, o professor precisa saber o porquê. É dessa postura de diálogo que as novas necessidades de ensino vão surgir. Ao professor cabe atender-lhes.

#### **Gráfico 8 - As suas aulas estão voltadas mais para o ER ou Ensino de Religião?**



Fonte Teresa Felismina, Pesquisa de Campo 2015.1

Nas entrevistas, alguns professores afirmaram que trabalham os fundamentos voltados para o ER, buscando oferecer aos seus alunos as informações necessárias para o seu processo de formação.

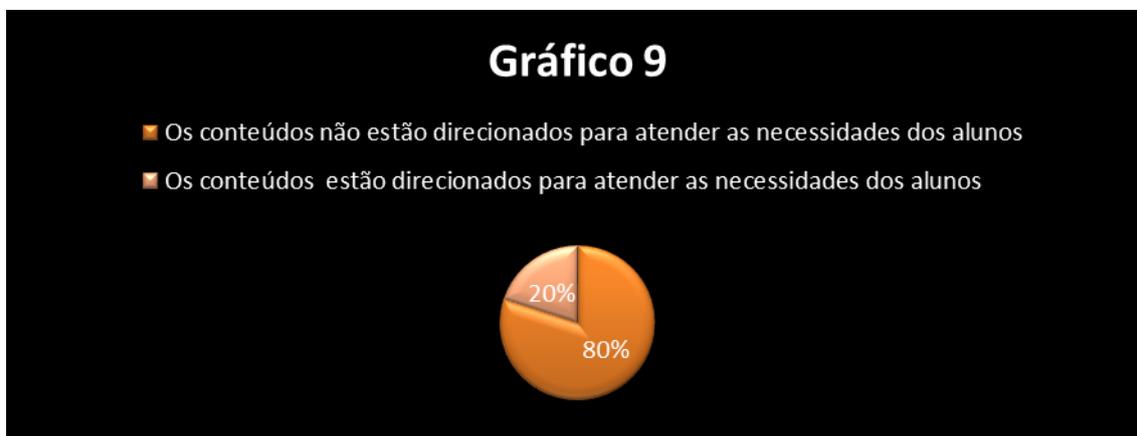
Segundo entrevistado três, as suas aulas são trabalhadas tanto no Ensino das Religiões como no ER, porque, para ela, ambos abordam valores e princípios da vida. Os temas discutidos são os mais variados, permitindo, assim, que seus alunos possam conhecer outras coisas: Religião, Deus, família, atitudes, honestidade, respeito, solidariedade, outros adolescentes etc. Os seus alunos afirmam que, para a referida professora, o ER os ajuda. Saber acerca do respeito e o conhecimento das tradições religiosas, é fundamental para a vida. O respeito e o amor ao próximo, tudo isso precisa ser trabalhado com os alunos para que eles comecem a compreender todo o contexto que envolve o mundo que o cerca. Segundo Silva (2006) afirma:

Ensino de religiões, estudo de diversidades, exercícios de alteridade: estes sim podem ser conteúdos trabalhados na escola pública. Da mesma forma que o professor de literatura faz referência a diversas escolas literárias; da mesma forma que o professor de História enfatiza diversos povos, assim o ensino de religiões deve enfatizar diversas expressões religiosas, considerando que as religiões fazem parte da aventura humana (p. 140).

Para Freire (1996), o significado de ensinar não é somente o de transferir conhecimento, mas criar um leque de opção para que, ao tempo em que o aluno tenha a possibilidade de fazer sua produção ou construção do seu próprio conhecimento, ele poderá ensinar aos seus colegas e professores o que já possui. Para que a educação de fato, seja verdadeira, é necessário que se estimule a expressividade dos alunos. Uma das tarefas pedagógicas da escola é ampliar nos jovens alunos sua condição de humanos.

As abordagens do gráfico 9 estão voltadas para os questionamentos em relação aos conteúdos propostos na Matriz Curricular para o ER e estão direcionados para atender às necessidades dos alunos, se eles levam em conta o contexto e a realidade que cada aluno vive.

**Gráfico - 9 Os conteúdos propostos na matriz curricular do Ensino Religioso estão direcionados para atender às necessidades dos alunos?**



**Fonte Teresa Felismina, Pesquisa de Campo 2015.1**

Ao se planejar qualquer aula, o professor precisa ter consciência de que, quando a realidade em que o aluno está inserido é levada em consideração, a realização das atividades poderão ser muito mais positivas. É necessário que os conteúdos venham para satisfazer as reais necessidades dos alunos, não se pode trabalhar com temas que estão longe da realidade dos estudantes. Alves (2009) afirma que, quando se buscam ferramentas como resposta para problemas vitais, elas são maravilhosas e necessárias - e você percebe que não pode viver sem elas. Na escola, porém, o aluno entra numa oficina e dizem para ele: "Vamos aprender o que é martelo, serrote e prego". As ferramentas são apresentadas de maneira abstrata e divorciadas da vida e isso é chato. Nessa abordagem do autor acima citado, pode-se perceber a importância da interação entre contexto dos alunos e os conteúdos trabalhados durante as aulas são necessários, além de selecionar os assuntos à forma como eles serão expostos.

Segundo o entrevistado quatro, em sua opinião, não estão direcionados para atender às necessidades dos alunos, porém deixam abertura para que o professor, possa fazer as adequações necessárias. Continuando o posicionamento do professor todos os membros da comunidade escolar deveriam participar da organização, estudando artigos, pesquisas e teses voltadas para este assunto, pois o Brasil é muito rico em relação a esse tema, o

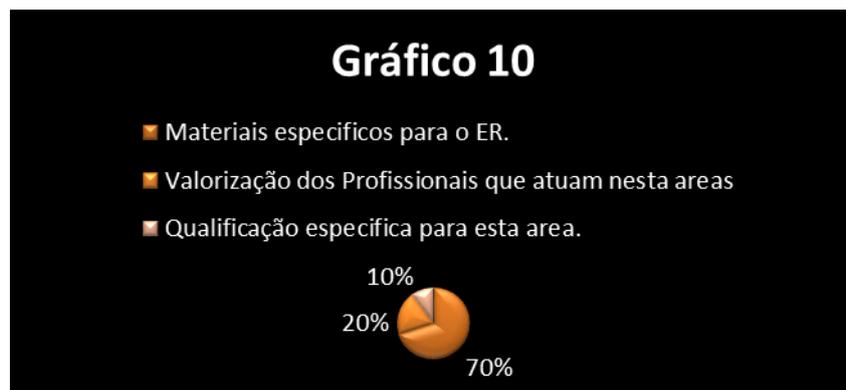
que precisa é somente que seja estruturado e organizado material para que posteriormente se utilize em sala de aula.

Segundo a entrevistada, cinco, a questão dos conteúdos propostos na Matriz Curricular do ER, em sua opinião não atendem às reais necessidades dos alunos. E isso é um agravante muito sério. Todos os conteúdos precisam estar voltados para atender as necessidades de cada discente. Ela acredita que se faz necessária uma revisão urgente na atual Matriz Curricular, para que se adeque à realidade de cada aluno.

Segundo Morin (2002), o melhor caminho a ser seguido é o da visão que se retira do âmbito estreito da disciplina, compreende o contexto e adquire o poder de encontrar a conexão com a existência. É preciso romper com a fragmentação do conhecimento em campos restritos, no interior dos quais se privilegiam determinados teores, e também eliminar a estrutura hierárquica vigente entre as disciplinas. Reformar essa tradição requer um esforço complexo, uma vez que esta mentalidade foi desenvolvida ao longo de inúmeras décadas.

No gráfico 10, estão as respostas sobre quais as mudanças que os professores acham que deveriam ocorrer para que o ER seja mais aceito e respeitado tanto pelos alunos, como pais, profissionais da educação e sociedade em geral.

**Gráfico 10 - Quais as mudanças deveriam ocorrer?**



**Fonte Teresa Felismina, Pesquisa de Campo 2015.1**

Durante a pesquisa, pode-se perceber que muitos são os fatores que contribuem para a falta de interesse por parte dos alunos em relação à disciplina de ER, não somente deles, mas de pais, autoridades, professores de outras disciplinas e sociedade e vai muito além disso, a desvalorização que ainda ocorre não de forma tão significativa como foi

durante um longo período da História da Educação Brasileira, mas, percebemos, ainda está muito presente no cotidiano da sala de aula de ER. Para os professores entrevistados muitas mudanças ainda precisam ocorrer para que o ER receba todos os méritos que lhes são de direito. Faz-se necessária uma reformulação nas Políticas Públicas já existentes e a criação de novas.

Para entrevistada, as mudanças mais urgentes que precisam ser feitas é uma valorização maior por parte do sistema educacional pelo valor formativo que a disciplina tem e também uma valorização maior por parte dos pais e alunos, para que os discentes tenham uma formação completa e não fragmentada. Muito já foi feito para que o ER seja valorizado e aceito pela sociedade de forma geral, mas precisa ser feito muito mais. Segundo Figueiredo (1996), vários problemas administrativos e pedagógicos podem ser enfatizados por um tratamento diferenciado ao ensino religioso, várias questões impossibilitam que a referida disciplina não venha desempenhar o seu principal papel. Figueiredo afirma:

A divisão das turmas em grupos diversificados; ausência de espaço físico na escola, para a acomodação dessas turmas; o controle de horários; as dificuldades de entrosamento entre o corpo docente, envolvido no processo educacional, uma vez que os professores de ensino religioso ficaram à parte do cotidiano escolar. (*Apud* CAETANO, pp. 75, 76.)

Segundo o Professor Jessé, é preciso que sejam elaboradas Políticas Públicas mais específicas para ajudar os professores no desenvolvimento das aulas desta disciplina. Segundo a Professora Ana, é preciso também que se elaborem livros e revistas para os alunos com os objetivos e metas reais do ER, pois, para a professora, se isso ocorrer, ela acredita que as aulas de ER serão olhadas de outra forma pelos alunos. As aulas precisam ser organizadas e estruturadas de forma que haja compreensão por parte tanto de alunos, professores e sociedade dos conteúdos e objetivos desta disciplina, porque ainda há muitas lacunas mal interpretadas por todos.

Diante das abordagens dos entrevistados e dos autores estudados, é preciso que muitas mudanças ocorram dentro da Proposta de inclusão da disciplina de ER como componente curricular regular nas escolas públicas brasileiras. Os alunos, pais e sociedade precisam urgentemente perceber a importância desta disciplina dentro das

escolas. E todas essas mudanças somente de fato ocorrerão se todos, de forma coletiva, buscarem realizar as mesmas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A referida pesquisa foi de suma importância para se conhecer quais caminhos teóricos, metodológicos e tópicos do ensino religioso no Brasil: como tem sido a implantação deste componente curricular nas escolas públicas, qual o seu histórico de construção e evolução dentro do Sistema Educacional Brasileiro desde as primeiras escolas do Brasil, depois, em escolas de Roraima, até os dias atuais. O ER vem percorrendo um longo caminho de formação e solidificação dentro das escolas públicas brasileiras e em Roraima, mais especificamente no município de Boa Vista, tem enfrentado muitos problemas para que seja definida sua proposta de ensino/aprendizagem.

As interpretações de como se devem ministrar as aulas de ER são as mais diversas possíveis, para muitos alunos, professores, pais e sociedade em geral. Há controvérsias em relação aos conteúdos que fazem parte desta disciplina. Para alguns, os assuntos estão voltados para o ensino de determinada religião, para outros, em nada contribuem para a aprendizagem e desenvolvimento do aluno e há aqueles que afirmam que a disciplina deveria ser tirada da Grade Curricular.

O ER apesar de envolver temas bastante complexos é importante para o processo de formação do indivíduo, devido a toda a complexidade que envolve a sua introdução como Componente Curricular nas escolas públicas. Nos PCN's o objetivo do ER nas escolas é o de proporcionar aos alunos o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas percebidas no contexto de cada um, subsidiando para todos condições de formulação do questionamento existencial, em profundidade, para dar sua resposta devidamente informada, facilitando a compreensão do significado das afirmações e verdades de fé das tradições religiosas.

O ER precisa estimular e integrar os alunos na sua proposta de ensino para que todos possam compreender a sua importância como as demais disciplinas, os valores e princípios que envolvem esta temática precisam ser conhecidos e entendidos pelos

alunos como um fator importante no seu processo de formação enquanto cidadão crítico, reflexivo e atuante, assim como na sua formação profissional. Todos os conhecimentos que uma pessoa possa adquirir são algo de suma importância para a sua vida; determinados assuntos poderão trazer significados valorosos para o cotidiano, enquanto outros contribuirão de forma negativa ou positiva para a construção de sua identidade própria.

O ER tem um histórico de lutas assim como os demais seguimentos da Educação Brasileira, a busca pela sua consolidação nas escolas tem percorrido um longo caminho, mas muitas vitórias já foram alcançadas durante esse tempo. É sabido que ainda está longe de se alcançar o que educadores, alunos e sociedade desejam que, de fato, seja trabalhado nas aulas. Muitos ainda são os fatores que contribuem para que essa disciplina não ocupe o seu devido lugar dentro de algumas escolas e na vida dos alunos. Preferem atitudes que não favorecem mudanças e que, apostam, melhor continuar como está. Isso revela, no mínimo, uma inércia e profundo comodismo.

É necessário que o ER seja visto e aceito como um dos componentes da área da educação, durante um longo período ele era compreendido como algo que só servia para catequizar ou evangelizar os alunos. Mas este paradigma tem lentamente mudado assim como a sociedade em relação a essa disciplina. O pluralismo religioso está presente em nossas escolas, as diversidades cultural, social e religiosa são imensas e precisam ser respeitadas. Os alunos precisam compreender que, naquele ambiente escolar, irá adquirir muito mais conhecimentos além dos que ele já possui. O ER tem como papel fundamental despertar nos alunos o interesse pelo conhecimento religioso, para que eles possam valorizar, conhecer e respeitar as mais diversas manifestações religiosas, fazendo assim com que ocorra uma transformação capaz de garantir que todos tenham espaço para abordarem sobre suas opiniões sem ter o receio de serem criticados.

A importância da disciplina ER nas escolas pesquisadas, para muitos alunos e até mesmo professores, ainda não é bem definida. Para a maior parte dos alunos, os conteúdos não são de acordo com as atividades realizadas pelos professores. As aulas precisam ser mais dinâmicas e atrativas, porque, em determinados casos, os professores abordam assuntos que estão totalmente distorcidos daqueles que fazem parte da relação dos conteúdos propostos. Os professores pesquisados afirmam que é necessário que as políticas públicas voltadas para o ER precisam ser reformuladas, e que possam trazer

em suas determinações mais cursos de formação, voltadas para esta área de conhecimento, que são uma das maiores necessidades dos docentes.

A pesquisa possibilitou conhecimentos desde as primeiras manifestações do ER no Brasil assim como em Roraima, como a identidade dessa disciplina foi construída e como está nos dias atuais, que mudanças vêm ocorrendo dentro da estrutura dessa disciplina, a LBD 9394/96 e a Constituição 1988 trazem, em seus textos, determinações em relação ao ER, e tudo isso é muito importante para a valorização da disciplina.

Portanto a pesquisa trouxe importantes informações sobre como foram as primeiras diretrizes e metas estabelecidas para a inclusão do ER nas escolas públicas, as mudanças que têm contribuído para a formação dentro das escolas públicas do ER. Muitas dificuldades ainda existem, porém como muitas outras disciplinas (Sociologia, Filosofia) ainda encontram resistência para serem aceitas pelos alunos e pais. O ER tem a possibilidade de oferecer aos alunos um espaço para o diálogo, fazer com que os discentes busquem pesquisar sobre os temas abordados nas aulas. Durante todo o processo de estudo e pesquisa, foi possível tanto responder à problemática levantada durante os estudos, como alcançar os objetivos propostos para a pesquisa. Podem-se fazer indagações e questionamentos em relação aos temas pesquisados e encontrar as respostas desejadas.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. **O que é Religião?** São Paulo: Loyola, 2001. 126p.
- \_\_\_\_\_. **O Enigma da Religião**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2006.
- \_\_\_\_\_. ASSMANN, Hugo. **Religión, ¿Instrumento de Liberación?** Barcelona: Editorial Fontanella, 1973, p. 77-110.
- ALVES, Rubem. **Variações sobre a vida e a morte ou o feitiço erótico-herético da teologia**. São Paulo: Loyola, 2005b.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos ideológicos de estado**. Lisboa: Presença, 1970.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e do Brasil**. 5ªed. São Paulo: Moderna, 2013.
- ASSOCIAÇÃO TORRE DE VIGIA DE BIBLIAS E TRATADOS. Rodovia SP – 141 km 43, Cesário Lange – SP, 18285 – 000 Brasil. Os Jovens perguntam respostas práticas. Volume 1. Ensino Religioso: mediações epistemológicas e finalidades pedagógicas. – João Décio Passos.
- BRASIL, Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>, acesso em 10 nov. 2012.
- BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. **A Ocupação Humana em Roraima: do Histórico colonial ao início do assentamento dirigido**. Belém: Museu Emílio Goeldi, 1993.
- BUNDCHEN, Célia Marize. **O Ensino Religioso: Significados de Religião em Diferentes Contextos Educativos**. Porto Alegre, Editora Concórdia, 2007.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 1995.
- CALMON, Pedro. **História do Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959.
- CARON, Lurdes (Org.). **O Ensino Religioso na Nova LDB**. 2 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997. (Coleção ensino religioso escolar). Série Fundamental.
- CATÃO, Francisco A. C. **A Educação no Mundo Pluralista: por uma Educação de Liberdade**. São Paulo: Paulinas, 1993
- CURY, Carlos Roberto Jamil, (1996). **Ensino religioso e escola pública: o curso histórico de uma polêmica entre a Igreja e o Estado no Brasil**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, Educação em Revista, nº 17, jun., p. 20-37.

Cury, Augusto. **Treinando a emoção para ser feliz: nunca a autoestima foi tão cultivada no solo da vida**, 2.ed. – São Paulo: Editora Academia de Inteligência, 2007.

COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

DELORS, Jaques (org.). **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação no século XXI.

DEMO, Pedro. **Professor do Futuro e Reconstrução do conhecimento**. Petrópolis. Vozes, 2004.

DORO FILHO, Ivan Gomes. **Barreiras ao Desenvolvimento: a expansão da fronteira agrícola na Amazônia brasileira e a demarcação de terras indígenas – Representações de índio e a territorialidade não indígena em Raposa-Serra do Sol, Roraima**. Rio de Janeiro, UFRJ, Egal, 2009.

FERNANDES, Maria Madalena S. **Afinal, o que é o Ensino Religioso? Sua Identidade própria em contraste com a Catequese**. São Paulo: Paulus, 2000.

FERREIRA, Amauri Carlos. **Ensino Religioso nas fronteiras da Ética**. Petrópolis: Vozes, 2002.

FILHO, Tarcizo Gonçalves. **Ensino Religioso e formação do ser político: uma proposta para consciência da cidadania**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

FRANÇA, Sebastião Fontineli. **Processo de ocupação da Amazônia e suas estratégias de integração, desenvolvimento e segurança**. Revista *Múltipla*, Brasília, ano X, n. 18, jun. 2005.

FERNANDES, Ir. Madelena. **Afinal, o que é o Ensino Religioso? Sua identidade própria em contraste com a catequese**. São Paulo: Paulus, 2000. 76p.

FERREIRA, Amauri Carlos. **Ensino Religioso nas fronteiras da Ética**. Petrópolis: Vozes, 2002.

FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. **O Tema Gerador no Currículo de Educação de Ensino Religioso - O senso do simbólico**. Petrópolis: Vozes, p. 7 a 23 (col. Subsídios Pedagógicos). *O Ensino Religioso no Brasil: tendências, conquistas, perspectivas*. Petrópolis: Vozes, 1996. 151 p. (Col. ERE – série Fundamentos).

\_\_\_\_\_. **Ensino Religioso: Perspectivas Pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 1994. 126p. (Col. ERE. Série Fundamentos).

FILHO, Tarcízio G. **Ensino Religioso e a formação do ser político. Uma proposta para a consciência de cidadania**, Petrópolis: Vozes, 1998, 125p. (Col. ERE – série fundamental).

FONAPER – Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. Diversidade religiosa e ensino religioso. São Paulo, Nova Harmonia, 2010.

FONAPER – Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. O ensino religioso na proposta pedagógica na escola. V. 11, São Paulo, [s/e], 2000b.

FONSECA, Selva Guimarães. **História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e prática de ensino de história.** História Oral-Revista da Associação Brasileira de História Oral, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, jan.-Jun. 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** Saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra. 1996. 165p.

GIL, A.C. **Importância da pesquisa bibliográfica na formação acadêmica.** (2012 11). São Paulo.2012.

GRUEN, Wolfgang. **Ensino Religioso na Escola. Petrópolis:** Vozes, 1995. 162p. (Col.ERE – série Fundamentos). Ensino Religioso Escolar. In: Pedrosa, V. M<sup>a</sup>.

GONÇALVES, Tarcizo. **Ensino religioso e formação do ser político. Uma proposta para a consciência de cidadania.** Petrópolis: Vozes, 1998.

JUNQUEIRA, S. P.; MENEGUETTI, R. E.; WASCHOWCZ, L. A. **Ensino Religioso e sua relação pedagógica.** Petrópolis: Vozes, 2002. 77p. (Col. Subsídios Pedagógicos).

LDB – 4024/61

LDB – 9394/96

LUCKESI, C.C. **planejamento e Avaliação escolar: articulação e necessária determinação ideológica.** IN: O diretor articulador do projeto da escola. Borges, Silva Abel. São Paulo, 1992. FDE. Diretoria Técnica. Série Ideias nº 15.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Caminhando pela história da igreja.** Belo Horizonte: O Lutador, 1995.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. **Quantitativo-qualitativo: oposição ou Complementaridade?** Cad. Saúde Pública, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1994.

MONGIANO, D.Aldo. **Roraima entre profecia e martírio: testemunho de uma igreja entre os índios nas lembranças de Dom Aldo Mongiano,** missionário da Consolata; Bispo de Roraima de 1975 a 1996. Boa Vista: Diocese de Roraima, 2011.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** Trad. Catarina Eleonora F. da Silva; Jeanne Sawaya. 5<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **O método 5: a humanidade da humanidade.** Trad. Juremir Machado da Silva. 4ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

\_\_\_\_\_. **Cultura de massa no século XX: Neurose.** Vol. 1. Trad. Maura Ribeiro Sardinha. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Trad. Eloá Jacobina. 17ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

NERY, José Israel. **O Ensino Religioso no Brasil, no contexto da história e das leis.** Brasília, AEC do Brasil, 1993

NAVARRO, M<sup>a</sup>; LÁZARRO, R; SATRE, J. (DIR). **Dicionário de Catequese.** São Paulo: Paulus, 2004. P. 411 – 421.

Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO/MEC, 1998. FONAPER. Parâmetros curriculares nacionais do ensino religioso. São Paulo: Ave Maria, 1997.

PEREIRA, Potiguara A. **O que é pesquisa em educação?** São Paulo, 2005. 76p. São Paulo. Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso, Parâmetros Curriculares Nacionais. 2 ed. São Paulo: AM. 1997.

VIESSER, Lizete Carmem. **Paradigma didático para o Ensino Religioso.** Petrópolis: Vozes, 1994, 1994. 69p. (Col. ERE – série Fundamentos).

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra - 1777 a 1980.** Boa Vista: Ed. UFRR, 2003.

SILVA, Valmor Da. **Ensino Religioso: educação centrada na vida: subsídio para a formação de professores,** São Paulo, Paulus, 2006.

Pensadores da educação, Rubem Alves. Disponível em: <<http://www.pedagogia.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo>>. Acesso em: 09 de maio de 2015.

# ANEXO

## **ANEXO 1:**

**ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS ALUNOS;**

**ROTEIRO DE QUESTÕES;**

**DADOS SÓCIOS DEMOGRÁFICOS DOS ALUNOS DAS ESCOLAS LOBO D'ALMADA E SÃO VICENTE DE PAULA.**

## **ANEXO 1:**

**ENTREVISTAS REALIZADA COM OS ALUNOS.**

**ROTEIRO DE QUESTÕES.**

- você gosta de assistir às aulas de ensino religioso? ( ) sim ( ) Não Por quê?
- O que você pensa a respeito das aulas de Ensino Religioso?
- O que seus amigos costumam dizer sobre essas aulas de Ensino Religioso?
- O que os alunos dizem sobre os professores de Ensino Religioso?
- O que você sugere para o professor de Ensino Religioso e suas aulas?

**DADOS SÓCIOS DEMOGRÁFICOS DOS ALUNOS DOS ALUNOS DAS ESCOLAS LOBO D'ALMADA E SÃO VICENTE DE PAULA**

**Entrevistado um**, tem 14 anos, estuda no 8º Ano do Ensino Fundamental, é da religião evangélica (Adventista), não trabalha.

**Entrevistado dois**, tem 14 anos, estuda no 8º Ano do Ensino Fundamental, é da religião Católica, não trabalha.

**Entrevistado três**, têm 16 anos, estuda no 9º Ano do Ensino Fundamental, é da religião evangélica (Quadrangular), não trabalha.

**Entrevistado quatro**, tem 16 anos, estuda no 9º Ano do Ensino Fundamental, é da religião católica, trabalha como estagiária em uma drogaria.

**Entrevistado cinco** tem 13 anos, estuda no 8º Ano do Ensino Fundamental, é da religião evangélica, não trabalha.

## **ANEXO 2**

### **ENTREVISTAS REALIZADA COM OS PROFESSORES;**

### **ROTEIRO DE QUESTÕES;**

### **DADOS SÓCIOS DEMOGRÁFICOS DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS LOBO D'ALMADA E SÃO VICENTE DE PAULA.**

- O que os alunos costumam dizer sobre a disciplina Ensino Religioso?
- O que diz os alunos sobre suas aulas de Ensino Religioso?
- As suas aulas estão voltadas mais para o Ensino Religioso ou para o Ensino de Religião?
  - Os conteúdos propostos na matriz curricular do Ensino Religioso estão direcionados para atender à necessidade dos alunos?
  - Quais as mudanças deveriam ocorrer?

### **DADO SÓCIO DEMOGRÁFICOS DOS PROFESSORES.**

Entrevistado um tem 51 anos de idade, a sua religião é a Cristã, a professora é Graduada em Pedagogia, Pós-Graduada em Pedagogia escolar e Mestre em Ciências da Religião. A professora ministra aulas de ER e Artes.

Entrevistado dois, tem 32 anos de idade, a sua religião é gnóstica, o professor é formado em Teologia, além da disciplina de Religião, ele também trabalha com a disciplina de Artes.

Entrevistado três, tem 29 anos de idade, não pertence a nenhuma religião, a professora é Graduada em Geografia e Pedagogia, Especialista em Educação Especial e Inclusiva, Especialista em Gestão Escolar. A professora trabalha com a disciplina de Geografia, Religião e Artes.

Entrevistado quatro, tem 37 anos de idade, sua religião é a evangélica, é Graduada em História e Pedagogia com Habilitação em Sociologia e Filosofia, Especialista em Educação Especial e Inclusiva, Especialista em Gestão Escolar. A professora trabalha com a disciplina de História e ER.

Entrevistado cinco, tem 35 anos de idade, é graduada em Biologia (Bacharelado e Licenciatura), a sua religião é a católica. Ministra aulas de Ensino Religioso e Biologia.

### **ANEXO 3**

#### **FOTOS DA ESCOLA ESTADUAL LOBO D'ALMADA.**





**ANEXOS 4**

**FOTOS DA ESCOLA ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA**

